UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOANNA PEREIRA ESCOLAR

Belt and Road Iniciative & Digital Silk Road:
os caminhos da transição de poder

São Paulo
2022

JOANNA PEREIRA ESCOLAR

Belt and Road Iniciative & Digital Silk Road: os caminhos da transição de poder

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Yi Shin Tang

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Escolar, Joanna Pereira
Belt and Road Iniciative & Digital Silk Road: os caminhos da transição de poder / Joanna Pereira Escolar ; orientador: Yi Shin Tang. – São Paulo, 2022.
81 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

1. China 2. Inciativa Cinturão e Rota 3. Rota da Seda Digital 4. Estados Unidos 5. Teoria de transição de poder I. Tang, Yi Shin, orient. II. Título.

CDD – 327.101

Responsável: Giseli Adornato de Aguiar - CRB-8/6813

RESUMO

As dinâmicas que poder que definem a configuração do sistema internacional passam constantemente por movimentos que têm efeitos em todo o planeta. O mundo observa com desconfiança a ascensão da China, seu crescimento econômico e o aumento de sua influência externa. Por meio do Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a Nova Rota da Seda, a China tem garantido sua presença praticamente todas as regiões do mundo e, além dos investimentos em infraestrutura, das relações comerciais e projetos de cooperação, merece destaque a sua vertente digital, o Digital Silk Road (DSR). Afinal, o futuro é digital e a tecnologia é um fator determinante de poder. Nunca o mundo esteve tão conectado, mas a manutenção dessa conexão e os benefícios obtidos por ela também implicam em meios de controle. Uma China influente e, ademais, fortalecida tecnologicamente, representa uma ameaça que os Estados Unidos não têm como ignorar. Assim, o objetivo desta dissertação é de analisar a evolução do BRI, com ênfase no DSR, e como por meio dele a China aumenta suas esferas de influência, elevando a incerteza sobre o que pode ser uma nova configuração internacional e as chances de uma transição, pacífica ou não, de poder. Quais são as características do BRI e DSR que fazem da China uma ameaça para o status quo, com Estados Unidos como potência hegemônica e como as teorias clássicas das relações internacionais podem ser explicativas para analisar uma possível transição de poder? Diante disso, este estudo se propõe entender o que é o BRI e como foi o processo de fortalecimento da China nesse âmbito, para depois considerar as principais teorias positivistas aplicáveis ao caso, inspirado na Armadilha de Tucídides e, por fim, apresenta o caso do DSR e como por meio do foco no desenvolvimento tecnológico os elementos de tensão internacional podem ser agravados.

Palavras-chave: China; Iniciativa Cinturão e Rota; Rota da Seda Digital; Estados Unidos; Teoria de Transição de Poder.

ABSTRACT

The power dynamics that define the international system configuration are constantly striving with movements that affect all the planet. The world sees with wariness China's rise, its economic growth and increase in its external influence. Through the Belt and Road Initiative (BRI), also known as the New Silk Road, China has ensured its presence almost in every region of the world and, beyond infrastructure investments, commercial relations and cooperation projects, its digital branch, the Digital Silk Road (DSR) deserves highlight. After all, the future is digital, and technology is a major source of power. The world has never been so connected, but the maintenance of that connection and its benefits require control means. An influential and technologically strengthened China represents a threat that the United States cannot ignore. Thus, the objective of this dissertation is to analyze the evolution of the BRI, with emphasis in its DSR, and the way in which through it, China leverages its spheres of influence, rising uncertainty on what can be a new configuration of the international system and the chances of a power transition, pacific or not. Which are the characteristics of the BRI and DSR that turn China into a threat to the status quo, with the United States as hegemonic power and how do the classical theories of International Relations can be explanatory to analyze a feasible power transition? In this regard, this research aims to understand what BRI is and how was Chinas' strengthening process in this context, in order to consider the main positivist theories appliable to this case, inspired by the Thucydides Trap and, finally, presents the case of the DSR and how through its focus on technological development the elements of international tension can be worsened.

Key words: China; Belt and Road Initiative; Digital Silk Road; United States; Power Transition Theory.

AGRADECIMENTOS

Os anos de desenvolvimento desta pesquisa foram especialmente desafiadores e não teria conseguido concluir esta etapa sem o apoio de tantas pessoas queridas que acompanharam o processo.

Um agradecimento especial:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Yi Shing Tang, por acreditar no meu trabalho e por fornecer sugestões pertinentes para poder concluí-lo adequadamente.

Aos membros da Banca Examinadora de Qualificação, Prof. Dr. Lucas Tasquetto e Profa. Dra. Vivian Rocha, pelas contribuições e comentários tão relevantes.

Aos meus amigos e colegas, Larissa Pacheco e Filipe Félix, que em todo o processo do mestrado me acompanharam e apoiaram incondicionalmente.

Ao meu companheiro de vida, Marcelo, pela dedicação, pelas horas de leitura e finais de semana de estudos, sempre do meu lado.

À minha irmã, Gabriela. Mesmo na distância, sempre tão perto.

Ao João Batista, por ouvir minhas ideias e sempre contribuir com serenidade e sabedoria.

Ao meu tio, porque sem ele, nada seria possível.

SUMÁRIO

RESUMO 4
ABSTRACT 5
AGRADECIMENTOS 6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 8
LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS 9
Introdução 10
1 A EVOLUÇÃO DO BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI)..... 16
1.1 Caracterização da China e as bases do BRI 16
1.2 O início de uma iniciativa: o Cinturão e a Rota..... 22
1.3 Do outro lado do espelho..... 30
2 A CHINA DE TUCÍDIDES..... 35
2.1 Realismo como teoria explicativa para as relações de poder..... 38
2.2 Uma nova distribuição de poder: as características e potenciais consequências de um cenário de transição de poder..... 44
2.3 Os desafios de novo contexto tecnológico..... 47
2.4 É inevitável a guerra? Uma abordagem a partir do neoliberalismo e das teorias de interdependência..... 51
3 TODOS OS CAMINHOS LEVAM À TECNOLOGIA: BRI E O DIGITAL SILK ROAD (DSR) 54
3.1 A tecnologia como chave do futuro..... 57
3.2 Como o BRI ficou digital: o caso do Digital Silk Road (DSR) .....
3.3 Novas rotas, novos desafios.....
Conclusão......
Referências Bibliográficas.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB – Asian Infrastructure Investment Bank

ADB – Asian Development Bank

ASEAN – Asociação de Nações do Sudeste Asiático

BRI – Belt and Road Initiative (Iniciativa do Cinturão e Rota)

BRICS – Brasil, Rúsia, Índia, China e África do Sul

DSR – Digital Silk Road (Rota da Seda Digital)

EUA – Estados Unidos da América

IDE – Investimentos Diretos Externos

IoT – Internet of Things

NDB – New Development Bank

NSC – National Supervisory Commission

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCCh – Partido Comunista Chinês

ZEE - Zonas Econômicas Especiais

Lista de gráficos

Gráfico 1. Taxa de Investimento Chinês em Infraestrutura (% PIB) 21
Gráfico 2. Áreas de atuação em construção e investimento do BRI entre 2013-2021..... 27
Gráfico 3. Porcentagem global de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento 55

Lista de figuras

Figura 1. Rotas iniciais do Belt and Road Initiative..... 22
Figura 2. O comércio internacional do BRI e a China..... 26
Figura 3. Países do Belt and Road Initiative até março de 2022..... 28
Figura 4. Mapa dos cabos submarinos instalados pela China..... 62
Figura 5. Principais Políticas da China no setor da tecnologia desde o ano 2000..... 64

Introdução

Sua história milenar, costumes e tradições únicos, fazem da China um lugar tanto fascinante quanto enigmático. Contudo, quando se trata da distribuição de poderes que definem o papel de cada ator no sistema internacional, torna-se indispensável entender suas características, que impulsionam motivações e anseios. Consiste em decifrar sua essência, em uma tentativa de prever cenários que têm consequências para o mundo todo. Particularmente para Ocidente, a aproximação com o país asiático exige um exercício de abertura e exploração que transcende qualquer desafio. A China é tudo o que imaginamos e o que nunca pensamos, é oposto em tantos sentidos quanto é próximo, como cultura em constante movimento, como parte da humanidade. Mas seu crescimento e presença geram receios por ser um ator do qual pouco se sabe; por isso, é imperativo seu estudo.

Assim como chamam a atenção suas particularidades, também sua presença internacional incentiva questionamentos. Por meio de sua política externa, de sua economia, das relações de parceria e animosidade, a China vai se posicionando cada vez mais como uma potência em crescimento, e uma de suas manifestações mais notórias é o Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a Nova Rota da Seda ou, como é chamado em português, a Iniciativa do Cinturão e da Rota.

Esta iniciativa é tão abrangente quanto ambígua, tornando-a complexa de descrever, assim como de definir seus objetivos. O autor Jonathan Hillman enfatiza as diferentes formas em que é chamado: “um mecanismo, um formato, um âmbito, e uma plataforma, entre outras coisas” (HILLMAN, 2020). Estes substantivos podem ser usados ao fazer referência ao BRI, mas como o autor menciona, falham em expressar a habilidade chinesa de exercer seu poder bilateralmente, sob um guarda-chuva de multilateralidade. Sob um mesmo nome foram traçadas cinco rotas iniciais, três marítimas e duas terrestres, abrangendo 65 países até 2017. Agora, apenas alguns anos depois da primeira menção à Iniciativa, feita por Xi Jinping durante uma visita ao Cazaquistão em 2013, o BRI cada vez está em mais regiões do planeta, estendendo-se inclusive ao ártico e ao ciberespaço. Sob uma mesma bandeira, mas sustentado principalmente por diálogos bilaterais, a China vem expandindo sua iniciativa, por meio de investimentos, propostas de cooperação e memorandos de entendimento, entre outros instrumentos formais e informais.

O crescimento do BRI reflete o aumento da influência da China no mundo e, portanto, de sua participação internacional. Não é recente o debate em torno da preponderância dos Estados Unidos como país hegemônico, mas desde o fim da Guerra Fria não havia um opositor tão forte quanto agora. Para chegar nesse ponto, primeiro a China precisou recuperar sua economia, gravemente afetada depois das décadas de governo maoísta, com políticas econômicas que empobreceram consideravelmente a população. Depois, por meio de estratégias de crescimento e integração ao mercado internacional, ela foi fortalecendo sua economia, até conseguir a robustez necessária para alavancar uma maior presença internacional, agora sobre a bandeira do BRI. Por meio de projetos em diversas áreas, mas destacadamente focados em infraestrutura, a China chegou em regiões por muito tempo ignoradas por Ocidente, como a África e partes da Ásia, atendendo necessidades que requeriam de altos investimentos, que as tradicionais instituições financeiras como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional não estavam dispostas a assumir. Na medida em que seus projetos avançavam, também sua influência e aumento da dependência por parte dos países receptores dos investimentos chineses foi crescendo. Com esses movimentos, a China chamou a atenção da comunidade internacional como nova potência, uma que poderia ter a influência e poder para ter maior voz no estabelecimento de uma agenda internacional. Para os Estados Unidos, a ameaça à sua liderança não poderia continuar ignorada e sua resposta tem sido cada vez mais agressiva, desde o âmbito comercial, com a imposição de sanções e regras às importações e exportações com o país asiático, até sua própria política interna, com a implementação de políticas que visam diminuir a dependência da China.

Um exemplo disso, foi a criação do programa *Build Back Better World (B3W)* por parte dos países do G7, mas liderado pelos Estados Unidos. Anunciado em 2021 pelo presidente Joe Biden, o B3W é um projeto global de investimentos em infraestrutura que pretende investir US$40 trilhões em áreas que vão da igualdade de gênero e proteção ao meio ambiente, às infraestruturas como aeroportos, rodovias e pontes. Este projeto pode ser interpretado como uma resposta direta ao BRI, na medida em que seus objetivos estão centrados em aumentar os projetos em infraestrutura em diversas partes do planeta, da mesma forma que sua contraparte chinesa. Este foco, que é manifestado nos investimentos feitos nos países que fazem parte das rotas, tem a finalidade de criar conexões que permitam acesso simplificado e rápido entre as partes envolvidas, que, no caso do BRI, é entre a China e o mundo. Mas na atualidade não basta comunicar por meio de ferrovias e pontes; é indispensável alavancar as redes de comunicação digital, razão pela qual a atenção à tecnologia tem sido cada vez maior, sendo em muitos casos

desenvolvida simultaneamente com outros projetos. As infraestruturas estão acompanhadas por tecnologia avançada, com conexão de alta velocidade e são fontes de alimentação de sistemas inteligentes que usam Inteligência Artificial, automação e *machine learning* para aumentar sua eficiência, assim como aumentar o acesso a dados. O avanço e implementação destas áreas está cada vez mais relacionado ao funcionamento do Estado, que encontra na tecnologia uma ferramenta de poder. Por isso, é considerado que aqueles que possuam a inovação, conhecimento e meios para uso e desenvolvimento da tecnologia, terão vantagem na liderança internacional, pois a competição pelo domínio tecnológico tem implicações geopolíticas relevantes que, ademais, exigem uma visão e liderança de longo prazo. A IA depende de enormes quantidades de dados para operar adequadamente, de forma que aqueles que detêm os meios de adquirir, classificar, armazenar e monetizar dados terão vantagens, de acordo com o relatório Global Trends 2040.

Nesse contexto, a China incluiu dentro do escopo do BRI uma vertente digital, a Rota da Seda Digital ou *Digital Silk Road* (DSR). Assim, fortalecida por meio dos seus projetos internacionais, realizados no âmbito do BRI, e com um foco crescente em investimentos em tecnologia relacionados ao DSR, a China caracteriza a ascensão de um novo poder com a capacidade de alterar o status quo, gerando tensões no sistema internacional. Nesse cenário, suscita receios de um possível caráter revisionista, que possa tentar modificar o status quo e as regras e normas existentes, de acordo com seus interesses, principalmente para os Estados Unidos, a potência hegemônica atual.

A tensão entre potências tem precedentes na história. No século V AEC, Tucídides descreveu a história da Guerra do Peloponeso, na qual o crescimento de Atenas foi visto com desconfiança pelos espartanos e, apesar de não conformar uma ameaça bélica explícita, o florescimento econômico e cultural, assim como suas influências, foi interpretado como ameaça. Desta forma, surgiu a "Armadilha de Tucídides", onde o crescimento de uma potência onde já há outra estabelecida gera incerteza, até o ponto de concluir em guerra. Graham Allison descreve esta armadilha como a reação natural e inevitavelmente desconcertada que acontece quando uma crescente potência ameaça em deslocar o poder hegemônico. Allison complementa dizendo que o "estresse estrutural causado quando uma potência em crescimento ameaça à atual, eventos inesperados e não apenas extraordinários podem levar a conflitos de grande escala" (ALLISON, 2018).

Assim, partindo do pressuposto de um potencial cenário de transição de poder, do desafio da análise das características da China, particularmente com respeito ao BRI e, finalmente, da inserção de um elemento tão complexo, como é a tecnologia, na definição das dinâmicas de poder internacional, este estudo tem o objetivo de analisar a evolução do BRI, com ênfase no DSR, e como por meio dele a China aumenta suas esferas de influência, elevando a incerteza sobre o que pode ser uma nova configuração internacional e as chances de uma transição, pacífica ou não, de poder. Neste sentido, a ascensão chinesa impõe um desafio para os Estados Unidos, mas também para toda a comunidade internacional, que será afetada por qualquer que seja o caminho traçado entre as potências. Tendo em conta esse cenário, quais são as características do BRI e DSR que fazem da China uma ameaça para o status quo, com Estados Unidos como potência hegemônica e de que forma as teorias positivistas das relações internacionais podem ser explicativas para analisar uma possível transição de poder?

Para responder esta pergunta, a pesquisa seguiu uma metodologia qualitativa, com revisão da literatura pertinente para uma adequada análise, elucidativa à pergunta, apontando algumas conclusões sobre o tema desta pesquisa. Foram consultados documentos oficiais governamentais e relatórios de pesquisa de autores relevantes da área. As fontes acadêmicas consultadas foram orientadas pelo marco teórico, baseado nas Teorias Realistas de Segurança, a Teoria de Transição de Poder de Graham Allison, e o aporte de outros autores que exploram as teorias na sua aplicação para a China, o BRI, a tecnologia e o DSR. Adicionalmente, foram consultadas bases de dados, jornais especializados e estatísticas governamentais, além de estudos contemporâneos e novas ferramentas de informação, como mapas interativos, de forma a complementar a pesquisa.

Com a finalidade de apresentar adequadamente o desenvolvimento deste trabalho, ele foi estruturado em três partes, que compõem cada um dos capítulos. No primeiro, será apresentado resumidamente o contexto histórico das últimas décadas, enfatizando nos elementos que fortaleceram a economia chinesa e que são explicativos para entender o surgimento do BRI e o que ele é. Não há uma definição oficial para a iniciativa, de forma que foi feita uma revisão de literatura para identificar as contribuições de diversos autores e as evidências que eles têm reunido para explicar o que é o BRI e identificar as principais características, objetivos e desafios.

Em vista de que um dos mais importantes debates levantados a partir da forte presença chinesa no mundo é relativa ao caráter revisionista ou não da China, e sua possível ameaça aos

Estados Unidos como potência hegemônica, no segundo capítulo serão debatidas as principais propostas teóricas em torno da transição de poder, a partir das teorias realistas das relações internacionais. Parte-se do pressuposto de que o realismo é uma teoria descritiva do comportamento do Estado, com aportes relevantes em um cenário de predominância tecnológica e que pode ser explorado a partir dos conceitos elaborados por autores da área, com ênfase na literatura de estudos de segurança. Assim, é necessário considerar a balança de poder e, tratando-se primordialmente da relação de um estado (a China) com o mundo e seu principal opositor (Estados Unidos), a unidade de análise é o estado e a complexidade do seu comportamento. Depois de uma revisão das principais contribuições do realismo, será aprofundada a Teoria de Transição do Poder, a partir das pesquisas realizadas por Graham Allison sobre os casos históricos onde esta situação aconteceu, com diferentes desfechos. Outros teóricos complementam a visão de Allison, assim como contestam algumas de suas hipóteses, o qual também será abordado neste primeiro capítulo. Por fim, serão apresentadas as principais ideias do neoliberalismo e da teoria da interdependência para contrapor o cenário pessimista realista, de forma a complementar o diálogo entre as teorias e avaliar adequadamente os resultados da relação de poder apresentada nesta dissertação.

No último capítulo, serão analisados os avanços do *Digital Silk Road* (DSR), de forma a explicar sua relevância e potenciais efeitos, com suas características e efeitos na ordem internacional. Será tratada a forma em que a tecnologia potencializa um cenário de tensão internacional e como essa vertente do BRI é coerente com uma nova fase para a China e o mundo, onde a tecnologia ganha cada vez mais relevância e reconhecimento como mecanismo de poder. Afinal, a tecnologia é e continuará sendo um fator determinante de poder e influência, com impactos profundos no mundo como é conhecido hoje. Neste capítulo serão consideradas as definições básicas que permitem entender melhor o contexto tecnológico atual, assim como do Digital Silk Road, para identificar suas principais características e implicações. Por último, a conclusão favorece uma reflexão sobre o futuro da conectividade e o modo em que as lutas pela predominância tecnológica terão efeitos em um cenário de tensão internacional entre potências. A guerra, embora seja indesejável, permanece latente como uma possibilidade, e as chances pela paz diminuem na medida em que aumentam os receios de uma nova ordem mundial. É por isso que conhecer as políticas e ações que estão sendo implementadas nesta fase da Nova Rota da Seda é imprescindível para ter uma visão do que o mundo pode esperar nos anos à frente, e nos diversos aspectos em que a tecnologia, seja liderada pela China, os Estados Unidos, ou qualquer outro Estado, pode afetar a vida de todos os indivíduos do planeta.

Adicionalmente, na América Latina ainda há poucos estudos relacionados ao BRI e o DSR. No entanto, como um dos principais parceiros comerciais e com vínculo cada vez mais estreito com países como o Brasil, que além do intercâmbio econômico também conta com esferas de promoção à cooperação, investimento e outras iniciativas, como o BRICS, o entendimento da China e um dos seus principais mecanismos de influência externa torna-se indispensável. Igualmente, na medida em que sua presença internacional é cada vez mais forte, torna-se urgente a definição de uma agenda abrangente com a China, partindo de uma melhor compreensão de suas características e considerando os fatores que mais influenciam as relações políticas, econômicas e sociais do país asiático com os demais atores internacionais.

Independente das proporções que o BRI esteja tomando sob a liderança chinesa, se a Rota da Seda original foi fundamental para a formação do mundo como conhecemos hoje, agora, com seu renascimento, será também a que definirá o futuro. Afinal, as tradicionais rotas passam por regiões que são pivotais para o mundo, muito apesar de ser constantemente negligenciadas por Ocidente. Como menciona Frankopan (2017) "por toda sua aparente "otredade", esta região sempre tem sido de crucial importância na história global de uma forma ou outra, unindo Este a Oeste, servindo como caldeirão de culturas, onde ideias, costumes e idiomas têm se juntado desde a antiguidade até hoje. E hoje as Rotas da Seda estão surgindo de novo – com pouca atenção e subestimadas por muitos".

1. A EVOLUÇÃO DO BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI)

1.1. Caracterização da China e as bases do BRI.

Em uma Era onde a democracia é reflexo dos valores ocidentais e é associada aos Direitos Humanos e às liberdades pessoais, aqueles regimes que seguem práticas divergentes são fortemente questionados. Alguns são considerados ditaduras, como a Coréia do Norte. Outros, devido às suas características particulares, abrem espaço para incertezas na sua definição; entre eles, a China é quiçá um dos mais controversos. Depois da Revolução Comunista de 1949 e a ascensão de Mao Zedong ao poder até a sua morte, surgiram líderes e reformas que definiram o caminho de uma nova China, ainda comunista sob o mando do Partido Comunista Chinês (PCCh), mas cada vez mais comprometida com ser reconhecida como economia de mercado, moderna e tecnológica. Diferentemente da Coréia de Kim Jong-un, os chineses têm liberdade para sair do seu país e ter contato com outras culturas, mas têm fortes restrições quanto a recursos digitais e de comunicação.

A história mostra a evolução das políticas chinesas, a identificação de suas necessidades e a visão da solução. Para compreender as características atuais da China e como ela chegou ao Belt and Road Initiative, é necessário fazer um percurso sobre as medidas que foram necessárias para traçar seu caminho. Nesta pesquisa, o panorama histórico será resumido a partir do final da era Mao Zedong, até o ano 2021, devido a que China resultante de décadas do governo maoísta, teve importantes transformações até chegar ao lugar onde está atualmente. Passou de ser um país com altos índices de pobreza para ser uma potência mundial. Basta dizer que entre 1981 e 2011 o número de pessoas na China vivendo no em situação de pobreza extrema caiu de 840 milhões para 84 milhões que, embora ainda seja um número significativo, representa um salto de 84% a 6% da população (KROEBER, 2016).

A China com altos índices de pobreza, herdados pelo período do governo de Mao Zedong, era devida em boa medida às suas políticas econômicas. Naquele tempo, a produção agrícola era limitada e feita em áreas coletivas e o setor industrial era destinado principalmente à indústria pesada, deixando de lado bens de consumo básico, como roupas e eletrodomésticos menores, por exemplo. Mais emblemática foi a política do Grande Salto Adiante, considerada a primeira catástrofe do regime, e a origem da segunda: a Revolução Cultural (SANJUAN, 2009).

O Grande Salto Adiante, com início em 1958, focava na produção industrial, principalmente de aço, e de grandes obras públicas. Para conseguir seus objetivos, uma boa parcela da população do campo foi trabalhar nas indústrias, gerando escassez de mão de obra agrária, com grandes perdas da produção de alimentos e, tragicamente, levando à fome e morte de milhões de pessoas. Como resposta, em 1966 surgiu a Revolução Cultural. Lançada oficialmente como a "Grande Revolução Cultural Proletária", a China passou por um processo de transformação de sua estrutura burocrática, com a intenção de se preservar do "revisionismo" à la soviética e de supostos infiltrados no governo (SANJUAN, 2009). Os jovens, ou guardas vermelhos, que seguiam um culto a Mao e eram fiéis ao Livro Vermelho, foram instigados a denunciar as autoridades tradicionais e suspeitos de atos contrarrevolucionários, levando a um desfecho de violência, que teve que ser contido pelo Exército, mas que deixou o país com uma forte instabilidade política e social. Os efeitos imediatos da Revolução Cultural ainda eram sentidos depois da morte de Mao, em 1976.

Depois de décadas de catástrofe econômica, a China precisava urgentemente de um novo rumo, que permitisse tirar a população da miséria à qual tinha chegado depois das décadas do regime maoísta. Com esse intuito, a política de Deng Xiaoping, que assumiu o poder em 1978, começou com o slogan de "reformar e reabrir" (*gaige kaifang*), também famoso por sua frase "desenvolvimento é a única lei de ferro"[1] (KROEBER, 2016). Não surpreende, então, que seu governo priorizasse os aspectos econômicos que, ademais, tinham a sombra do colapso da União Soviética. Assim, depois de estudar as principais falhas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), os chineses chegaram a quatro pontos que deveriam ser considerados como ensinamentos para a China: "1. A economia [da URSS] não cresceu rápido o suficiente, levando a frustração e ressentimento, e esta falha resultou no uso insuficiente de mecanismos de mercado; 2. Os sistemas de informação e propaganda do PCUS eram muito fechados e rígidos ideologicamente, impedindo o acesso a conhecimento adequado e oportuno das condições dentro e fora da União Soviética; 3. A tomada de decisões era muito centralizada e, portanto, muito lenta e; 4. Uma vez iniciadas as reformas com Gorbachev, elas enfraqueceram o princípio central do monopólio absoluto do partido no poder político" (KROEBER, 2016). Inspirado pelas observações do caso soviético e na urgente necessidade de melhorar seus indicadores

[1] A tradução comum ao inglês da emblemática frase de Deng Xiaoping é "*development is the only hard truth*", que em português seria, literalmente, "desenvolvimento é a única dura verdade". No entanto, Kroeber da créditos a Robert Kapp por sugerir a troca de "dura verdade" por "lei de ferro" (*iron law*), considerando que desta forma capta melhor a noção de desenvolvimento como um mandado positivo por parte do partido, em vez de ser uma necessidade inevitável e desagradável (KROEBER, 2016).

internos, ficou claro para a China que para obter a legitimidade do poder, o controle político deveria ser assertivo, com o controle necessário, mas com um retorno para a população, que reconhecesse no partido a liderança indispensável para o desenvolvimento e a prosperidade do país.

Tendo isso presente, começou um período de reformas, que podem ser resumidas em três fases: a primeira, na década de 1980, foi de reformas focadas na parte rural (agricultura); a segunda, na década posterior, teve um foco urbano (indústria) e, depois de 2000, já com uma economia mais pujante, expandiria seus projetos de investimentos em infraestrutura, reformas de mercado e reconhecimento do papel do desenvolvimento tecnológico como meio para obter melhores retornos econômicos.

Na primeira fase, em inícios da década de 1980, os primeiros passos das reformas estiveram mais focados no setor rural, com o passo de um modelo que exigia a produção agrícola por meio de coletivos, a um modelo de agricultura familiar, com mais independência para os produtores; algumas restrições foram diminuindo, passando da limitação da produção de grãos ao aumento de produção de outros produtos. Paralelamente, também nesse primeiro momento, foram abertas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e já se falava em uma maior participação no comércio e investimento globais. Mas os efeitos das primeiras reformas não seriam imediatos, de forma que esta foi uma década marcada por alta inflação e desemprego, ainda permeada pela pobreza de uma parcela importante da população, que culminou com os protestos e sangrento desfecho de Tiananmen Square em 1989.

Na década de 1990, na segunda fase de reformas e com o presidente Jiang Zemin, aumentaram as que impactavam as grandes cidades, com uma reestruturação das empresas estatais e do sistema financeiro, cada vez com mais incentivos aos empreendimentos privados, inclusive com privatizações, principalmente no setor imobiliário. Em 1992, com a criação da Nova Zona de Pudong, em Xangai, as cidades ganhavam protagonismo no processo de adaptação a um novo modelo econômico, mais voltado ao consumo e propenso à abertura ao exterior. Para o yuan foi permitida uma conversibilidade parcial e foram implementadas novas taxas de câmbio, junto com uma reforma fiscal em 1994 e, para concluir com chave de ouro essa década, em 2001 a China finalmente entrou oficialmente à Organização Mundial do Comércio.

Também havia na vizinhança exemplos a seguir. Os casos do sucesso econômico dos tigres asiáticos, assim como de Japão e Coreia do Sul ofereceram novas estratégias de

desenvolvimento. Um deles foi a fase das zonas econômicas especiais, com a descentralização dos poderes da iniciativa econômica e a proteção de sistemas socioeconômicos internos, com uma delimitação tanto geográfica como setorial das experiências das reformas (SANJUAN, 2009).

Graças às iniciativas desse período, a China conseguiu se fortalecer o suficiente para se manter consideravelmente estável no momento da crise econômica asiática de final da década de 1990. Sua postura internacional foi fortalecida por seu crescimento econômico, projetando poder regional e mundialmente, com os seguintes destaques:

> A associação com a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a vontade chinesa de aparecer como potência que traz tranquilidade; a iniciativa e um reagrupamento das nações da Ásia Oriental, Central e Meridional na Organização de Cooperação de Xangai; e o papel da placa giratória regional nas negociações relativas à questão da Coreia do Norte (SANJUAN, 2009).

Até então, havia fortes incentivos para as indústrias de exportação, favorecidas pelo baixo custo da mão de obra, mas centralizada na produção de grande escala e baixa qualidade. Mas os maiores retornos são daqueles que possuem a inovação, dos que comercializam produtos ou serviços com alto valor agregado. Assim, a China logo identificou a necessidade de investir mais em pesquisa e desenvolvimento, sem deixar de lado o investimento em infraestrutura, outro dos pilares do seu crescimento.

Foi assim como na terceira fase de reformas, lideradas por Hu Jintao, que governou de 2002 a 2012, houve três pontos de destaque: a consolidação do setor estatal, o desenvolvimento de infraestrutura e o incentivo para que as empresas chinesas aumentassem sua participação no mercado global. Para alavancar este último ponto e na linha do aumento de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, foi criada a Política de Inovação Indígena de 2006, que incluía subsídios para indústrias de tecnologia, com incentivos para a criação de patentes e exigências para que empresas estrangeiras transmitissem suas tecnologias às empresas locais, como condição de investimento na China (KROEBER, 2016). Pouco mais de uma década depois, surgiria outra política ainda mais arrojada: “Made in China 2025”. De acordo com Kroeber, desde o início em 2015, esta polítia inclui uma série de programas para melhorar a qualidade e nível tecnológico da manufatura chinesa, com um dos principais objetivos de aumentar o conteúdo de componentes importantes de 40% em 2020 para 70% em 2025. Em suma, estas políticas partem do princípio de que os países pobres continuam pobres porque carecem do capital tecnológico dos países ricos, por ser um dos componentes de um valor agregado elevado.

Desta forma, para enriquecer torna-se inevitável desenvolver a própria tecnologia, com constante atualização (KROEBER, 2016).

Por outro lado, o investimento em infraestrutura é um componente que de alguma forma sempre esteve presente nas diferentes etapas do desenvolvimento chinês e que continuaria tendo um papel de destaque. Isso se deve a que, de forma geral, abrange os elementos necessários para conectar, comunicar e desenvolver uma sociedade, como rodovias, portos, redes de energia e telecomunicação entre outros. O seu desenvolvimento tende a movimentar a economia, na medida em que exige mão de obra, criando empregos, e uso matéria prima para a construção. Na seguinte etapa do crescimento da China, com Xi Jinping, a infraestrutura seria levada a um novo patamar, não ficando mais limitada às suas fronteiras, mas como porta de entrada ao mundo.

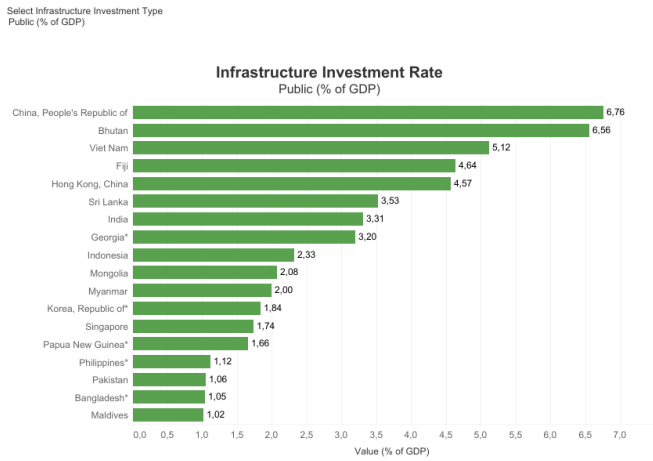
Quando Xi Jinping assumiu o cargo de secretário geral do Partido Comunista Chinês em 2012 e a presidência em 2013, a China já tinha melhores condições econômicas, mas encontrou outros desafios: manter as taxas de crescimento, empregar a vasta mão de obra e manter ativa a economia. Basta considerar que "para cada ano da década de 2000-2010, a China teve que criar em torno de 20 milhões de novos empregos e criar 8 milhões de unidades residenciais apenas para suprir as necessidades básicas de emprego e moradia de sua população" (KROEBER, 2016). Para isso, era necessário atualizar os objetivos e as políticas do país, traçando metas de médio e longo prazo para seu próprio desenvolvimento, reconhecendo também que era o momento de exercer um papel mais ativo na política internacional. A época do neoliberalismo ocidental e seus controversos efeitos nos países em desenvolvimento abriram o caminho para uma liderança alternativa às instituições criadas pelos acordos de Bretton Woods: o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Neste cenário, a China começou fortalecendo sua participação em foros e associações internacionais, como a ASEAN e os BRICS e teve um papel destacado na criação e consolidação de instituições como o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

O AIIB em seus convênios constitutivos reconhece:

> A importância do desenvolvimento de infraestrutura para a expansão da conectividade e melhoramento da integração regional, promovendo o crescimento econômico e sustentando o desenvolvimento social para as pessoas da Ásia, e contribuindo para o dinamismo econômico global (AIIB – Articles of Agreement).

Nesse sentido, segundo reportado pelo Asian Development Bank (ADB) em 2017, o desenvolvimento necessário para a Ásia precisaria de US$26 trilhões em investimentos de infraestrutura até 2030, para manter as taxas de crescimento e adaptar às mudanças climáticas.

Gráfico 1: Taxa de Investimento chinês em Infraestrutura (% PIB)



Fonte: ADB Data Library (https://data.adb.org/dataset/infrastructure-needs-asia-and-pacific)

O AIIB é com frequência interpretado como uma contraparte ao Banco Mundial, mas o que deve ser considerado é que o AIIB surgiu para suprir uma necessidade regional de infraestrutura, justamente porque o Banco Mundial recusou o financiamento de projetos por mais de cinco décadas (KHANNA, 2019).

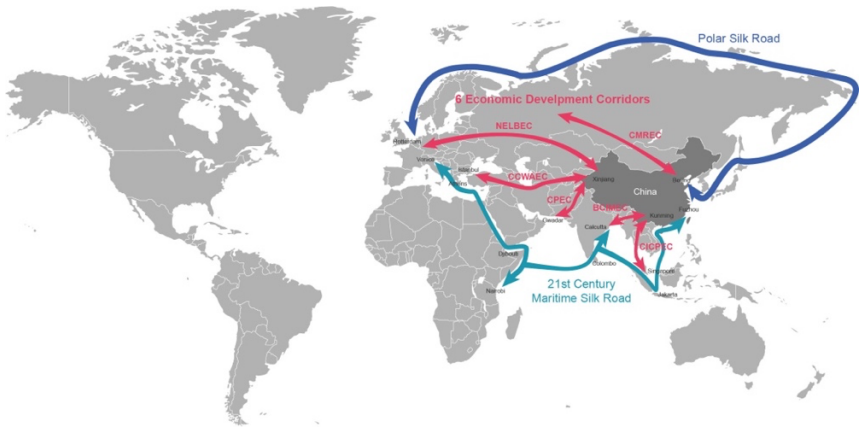
Assim, em um contexto de necessidade de desenvolvimento por parte de países com poucos recursos para investimento, e depois de anos de resultados insatisfatórios e da dificuldade de acesso às fontes de financiamento ocidentais do FMI e BM, a China anunciou seus primeiros passos rumo a um novo papel de liderança na comunidade internacional. Isto aconteceu em uma conferência no Cazaquistão de 2013, quando Xi Jinping falou por primeira vez de um dos maiores projetos da China, consoante com a necessidade de exportar seu excesso de capacidade industrial e capital e, ademais, com um forte componente de investimentos em infraestrutura; uma iniciativa que teria impactos profundos no mundo e sua visão sobre o país asiático: o Belt and Road Initiative.

1.2. O início de uma iniciativa: o Cinturão e a Rota.

A Rota da Seda, emblemática pelos registros de Marco Polo e por ter sido uma das primeiras vias de intercâmbio comercial entre Oriente e Ocidente, renasceu em 2013 sob a bandeira chinesa, quando o Presidente Xi Jinping anunciou por primeira vez o arrojado projeto de criar diversos canais de interconexão entre a Ásia e a Europa, conhecido em inglês como *Belt and Road Initiative*[2] (BRI). Inicialmente focado em cinco rotas, das quais três são terrestres, e duas estão relacionadas à Rota da Seda Marítima do Século XXI, rapidamente expandiu seus horizontes, chegando à América Latina, o Ártico, o Ciberespaço e, inclusive, o espaço (HILLMAN, 2020).

Quando apresentado por primeira vez, o BRI considerava um "Cinturão Econômico da Rota da Seda" e a "Rota da Seda Marítima do Século XXI". No caso da rota terrestre, seguia uma visão de desenvolvimento de infraestrutura, conectividade e cooperação econômica por meio de seis corredores: 1. New Eurasian Land Bridge Economic Corridor (NELBEC); 2. China – Mongolia – Russia Economic Corridor (CMREC); 3. China – Central Asia – West Asia Economic Corridor (CCWAEC); 4. China – Indochina Peninsula Economic Corridor (CICPEC); 5. Bangladesh – China – India – Myanmar Economic Corridor (BCIMEC) e; 6. China – Pakistan Economic Corridor (CPEC).

Figura 1: Rotas iniciais do Belt and Road Initiative



Fonte: https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/

[2] Ainda que também seja frequente encontrar referências a ele como OBOR, *One Belt One Road*, este trabalho considerará a versão oficial em inglês, aprovada pelo governo chinês: Belt and Road Initiative, e sua correspondente abreviação, BRI.

Por outro lado, a Roda da Seda Marítima do Século XXI foi projetada para conectar a China com o Sudeste Asiático, Indonésia, Índia, a península arábiga, Somália, Egito e Europa, passando pelo Mar do Sul da China, estreito de Malaca, Oceano Índico, golfo de Bengala, Mar Arábigo, golfo Pérsico e Mar Vermelho. Rapidamente, o conceito que começou como um mecanismo de conexão e cooperação da Eurásia, tomou dimensões globais, não limitado à primeira delimitação geográfica. Foi o caso do Ártico, que também passou a fazer parte do BRI em 2018, de acordo com o *White paper* "*China's Artic Policy*", publicado pelo Departamento de Informação do Concelho de Estado da China.

Mas, afinal, o que é o BRI? Como induz seu nome, é uma iniciativa, na medida em que é o primeiro passo na direção de diversos caminhos que, segundo foi descrito pela China em 2015 no documento "*The Vision and Actions on Jointly Building the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road*", tem o objetivo de:

> Promover a coordenação política, a conectividade de infraestrutura e recursos, livre comércio, integração financeira e conexões de pessoas para pessoas, aderindo ao princípio de alcançar um crescimento conjunto por meio da discussão e colaboração ao impulsionar a construção do Belt and Road (BELT AND ROAD PORTAL, 2017).

A China também reconhece e destaca seu papel como ator preponderante no sistema internacional no documento publicado em 2017 "*Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution"*, onde constata que, "como segunda maior economia do mundo e maior país em desenvolvimento, abrange maiores responsabilidades na promoção da governança econômica internacional em direção a um sistema mais justo, equitativo e racional", e complementa afirmando que "a cooperação no âmbito do BRI está aberta à participação de todos os países, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, de forma igual" (BELT AND ROAD PORTAL, 2017).

Desta forma, o BRI começou como um meio para favorecer maior cooperação, investimento em diversos setores, mas com um forte componente de infraestrutura (e na abrangência das possibilidades do termo); pretende favorecer relações comerciais, estreitar relações, facilitar trocas culturais e tantas outras possibilidades quanto permitir o termo e os objetivos da China. Parte da visão de Xi Jinping de ser um projeto de destaque deste século. Contudo, essa é uma subestimação, pois o BRI provavelmente seja não apenas mais um, mas o mais emblemático deste século, por seu tamanho e alcance. Como aponta Hillman:

> A China prometeu gastar US$1 trilhão na construção de rodovias, ferrovias e outras infraestruturas além das suas fronteiras. Ajustada a inflação, é em torno de sete vezes

> o que os Estados Unidos gastaram no Plano Marshall para reconstruir a Europa ocidental depois da Segunda Guerra Mundial" (HILLMAN, 2020).

Khanna descreve o BRI como:

> O maior plano coordenado de investimento em infraestrutura da história da humanidade", sugerindo imaginar que no futuro, ao pensar na origem da ordem mundial liderada pela Ásia, o ponto de partida a considerar seja a primeira cúpula do BRI, em 2017, que reuniu "sessenta e oito países representando dois terços da população mundial e a metade do seu PIB (KHANNA, 2019).

Talvez a afirmação de Khanna não seja tão arrojada quanto parece em um primeiro momento, pois além de expandir seu alcance geograficamente, o BRI também inclui diversos setores. Devido à falta de uma definição oficial, com frequência qualquer tipo de política externa chinesa é interpretado como sendo parte da Iniciativa, principalmente quando se trata dos projetos de infraestrutura, dentre os quais é considerada a construção de ferrovias, estradas, pontes, portos, barragens e zonas econômicas especiais, entre outros. Também há questões sociais, de meio ambiente e normativas para ser consideradas, na medida em que o próprio desenvolvimento da infraestrutura exige considerar estes fatores. Por não contar com uma lista oficial de projetos nem de suas definições, muitas vezes são considerados dentro do BRI programas e iniciativas que não necessariamente pertencem a ele. Afinal, são diferentes níveis de participação, que vão desde a adesão formal, assinatura de Memorandos de Entendimento (MoE), projetos e investimentos, que dificultam cada vez mais a delimitação do conceito do BRI.

Outro elemento que favorece a abrangência da definição é a interpretação de que as iniciativas de internacionalização chinesas estão atreladas ao BRI, em forma de instrumentos criados para alcançar seus objetivos. Segundo o Belt and Road Research Platform, a internacionalização das ONGs é um desses instrumentos, coerente com as prioridades de cooperação ("五通") do BRI (WANG, 2020), que são: coordenação política, estruturas de conectividade, livre comércio, integração financeira e conexões sociais ("people-to-people") (NDRC, 2021). Relacionado a este último elemento, na base de dados compilada por Ying Wang, da Universidade de Leiden, mais de 100 ONGs chinesas fizeram doações ou participaram em projetos humanitários entre 2005 e 2020 em mais de 100 países. Depois da pandemia do COVID-19 em 2020, esse número aumentou, com projetos de distribuição de vacinas e suplementos médicos em todos os continentes. Isso não implica, contudo, que esses mais de 100 países pertençam ou participem de alguma forma do BRI.

Entre os elementos que reforçam a presença internacional da China, um dos mais relevantes é sua relação comercial. Nesse sentido, uma abordagem relevante ao analisar as relações entre os países das rotas e a China é, justamente, o comércio. Seguindo essa interpretação, o Belt and Road Research Platform, citado acima, desenvolveu um mapa que relaciona o BRI ao comércio internacional chinês. Nele, a plataforma destaca o que identifica como os *hubs* e os corredores mais relevantes, dentro do âmbito das trocas comerciais chinesas.

Em um primeiro momento, o mapa permite visualizar os corredores terrestres e marítimos que fazem parte da conceição inicial do BRI, mas também elucidam sua expansão, chegando até a Europa e América Latina. Nele, é possível identificar os principais parceiros comerciais da China, junto com alguns dos mais relevantes projetos de infraestrutura até o momento, como os portos de Hambanota no Sri Lanka e de Piraeus na Grécia, as ferrovias de Khorgos, no Cazaquistão e de Nairobi, no Kênia e o porto e zona econômica especial de Gwadar, no Paquistão.

Outros *think tanks* e centros de pesquisa têm feito seguimento à evolução geográfica do BRI, elaborando mapas cada vez mais detalhados. Carrai e Liang, da NYU-Shanghai[3], no seu projeto "Global China" pretendem ilustrar o "impacto econômico, social, ambiental e ecológico e os riscos" da Iniciativa, dando mais atenção aos atores locais e seus interesses. Assim, consideram que a visão oficial do BRI por parte da China exige adaptação não apenas às regulações, costumes e condições, mas também aos seus próprios atores locais.

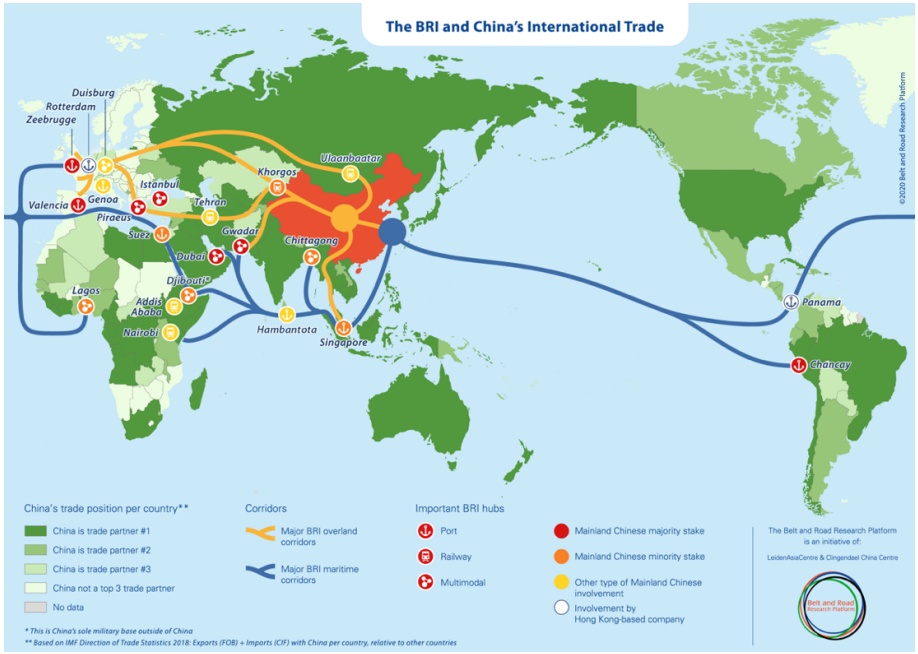
Como menciona Hillman:

> O BRI é uma iniciativa global, mas suas características dependem do contexto local. Alguns projetos ajudam o desenvolvimento. Outros atendem aos objetivos estratégicos da China [...] Se o BRI é uma pintura, cada país é uma tela única, formada por sua geografia e pintada com sua própria história e cultura (HILLMAN, 2020).

Nesse sentido, embora com frequência o BRI é visto no seu âmbito internacional, merece atenção o papel dos atores domésticos na formação e determinação de sua agenda. A internacionalização que fornece o BRI é, afinal, reconhecida pelas províncias como um meio para desenvolver suas próprias economias.

[3] Disponível em: https://bri.shanghai.nyu.edu

Figura 2: O comércio internacional do BRI e a China



Fonte: Belt and Road Research Platform. Disponível em: https://i0.wp.com/www.beltroadresearch.com/wp-content/uploads/2021/02/VERSIE-FINAL-30-DEC-PNG-1-1.png?ssl=1

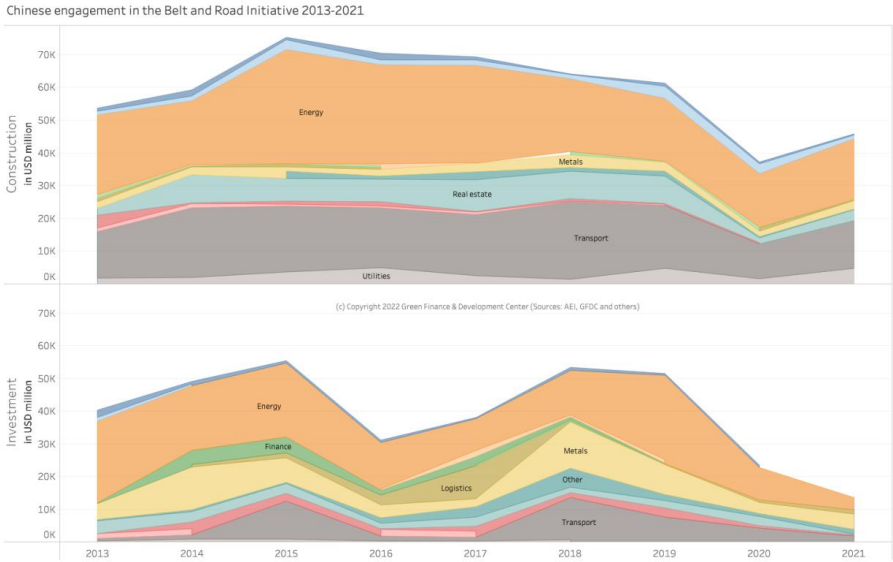
De acordo com o Banco Mundial:

> Os corredores do BRI têm o poder de melhorar o comércio, investimento estrangeiro e as condições de vida dos cidadãos e países participantes, mas só se a China e as economias do corredor adotam profundas reformas políticas que aumentem a transparência, expanda comércio, melhore a sustentabilidade das dívidas e mitigue os riscos ambientais, sociais e de corrupção (World Bank, 2019).

O mesmo relatório aponta 4 riscos principais: da dívida, de governança, ambiental e social, embora reconheça que em boa medida são riscos inerentes a todos os grandes projetos de infraestrutura, mas potencializados no BRI por conta da falta de transparência. A mesma desconfiança é vista pelas instituições financeiras que investem nos projetos do BRI, como o AIIB. No caso deste banco, embora tenha uma longa lista de membros não limitados à Ásia, tem como principal patrocinador a China e, portanto, é frequentemente interpretado como "veículo chinês para alcançar seus objetivos geoestratégicos, enquanto acadêmicos argumentam que ele marca a adoção de uma estratégia revisionista da política externa chinesa" (WILSON, 2019). Esta discussão será ampliada no seguinte capítulo.

Independente dos receios gerados pelo BRI, que serão tratados mais adiante, entre 2013 e 2019 a iniciativa cresceu significativamente, tendo um relativo declínio em 2020 devido à pandemia.

Gráfico 2: Áreas de atuação em construção e investimento do BRI entre 2013 - 2021



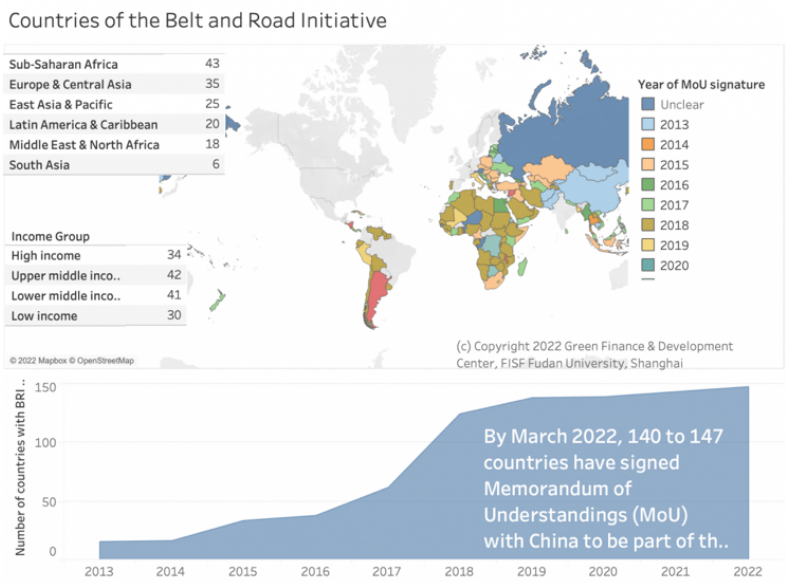
Fonte: Nedopil, Christoph (January 2022): "China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2021", Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, Shanghai. Disponível em: https://greenfdc.org/wp-content/uploads/2022/02/Nedopil-2022_BRI-Investment-Report-2021.pdf

De acordo com Nedopil (2022) da Universidade de Fudan em Shanghai, até março de 2022, 147 países já tinham aderido ou assinado MoE do BRI. Eles estariam distribuídos em todos os continentes, dos quais 43 estão na África Subsaariana; 35 estão na Europa e Ásia Central (dos quais 18 são membros da União Europeia); 25 estão o Pacífico e Leste Asiático; 20 na América Latina e Caribe; 18 no Oriente Médio e Norte da África e; 6 no Sudeste Asiático.

Um dos motivos pelos quais o BRI encontra eco nos diferentes países vai além das relações econômicas. Em muitos casos, a aproximação da China, que se apresenta como um país em desenvolvimento, que não questiona políticas internas (nem proteção aos direitos humanos) e que oferece um tratamento baseado na cooperação sul-sul, abre as portas de lugares por muito tempo deixados de lado por ocidente. Em diversas regiões do planeta, países que enfrentam pobreza, problemas políticos e sociais são considerados "estrategicamente inertes e incapazes de tomar decisões por si mesmos" (KHANNA, 2019) e/ou estiveram submersos nas políticas neoliberais das últimas décadas, com características de neocolonialismo por meio de

reformas fundamentadas em “programas de ajustes estruturais” (KIEH, 2012), de instituições ocidentais, como o FMI.

Figura 3: Países do Belt and Road Initiative até março de 2022



Fonte: https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/

Contudo, entendendo o neocolonialismo como uma relação assimétrica entre estados dominantes e fracos, que opera através de interações entre eles por diversos meios: culturais, políticos, militares e sociais (KIEH, 2012), a forte presença da China em regiões mais necessitadas, como acontece na África, tem despertado suspeitas de ser também uma forma de neocolonialismo. No entanto, se considerarmos as teorias tradicionais desta área, no caso da China há importantes diferenças, partindo da ausência do elemento de “superioridade” e do pressuposto de que as neocolônias “carecem dos requisitos políticos, sociológicos e educação filosófica que os equiparia para entender a maquinaria neocolonial que recai neles” (KIEH, 2012). A China não se apresenta como superior e foca em relações de negócios, tratando as partes, pelo menos retoricamente, como iguais. Isso não significa que as relações estabelecidas não tenham um grau de assimetria. Implica, talvez, a necessidade de desenvolver uma nova teoria, não mais baseada na influência de ocidente a partir de seus modelos econômicos e de desenvolvimento, mas a partir de uma visão a partir de Oriente. O fortalecimento das relações, principalmente quando há assimetria de poder, merece ser avaliada com atenção, mas no caso chinês, sem tradição colonialista, parece estar mais relacionada ao desejo por recursos externos e mercados, do que de colônias (KHANNA, 2019).

Khanna cita o centro logístico de Khorgas, na fronteira entre a China e o Cazaquistão, como um ponto onde convergem pessoas de diversas partes da Ásia Central, participando no seu processo de modernização. Este seria, também, um ponto de convergência não só para os trabalhadores das obras, mas para comerciantes, evidenciando que os investimentos chineses favorecem as agendas comerciais dos demais atores envolvidos, não apenas da China.

Lugares como as antíguas repúblicas soviéticas atualmente contam com obras e projetos em infraestrutura que há pouco não encontravam qualquer fonte de financiamento. "Atualmente a China é o maior investidor das ferrovias e gasodutos do Cazaquistão, da infraestrutura de energia e transporte do Uzbequistão, das jazidas de gás do Turcomenistão, do setor de minério do Quirguistão e das usinas hidrelétricas do Tajiquistão" (KHANNA, 2019). Se não fosse pelo investimento chinês, o governo do Uzbequistão não teria conseguido declarar a meta de dobrar o PIB por meio de integração regional, nem seria uma das economias com maior taxa de crescimento do mundo, complementa o autor.

Os objetivos do BRI são tão difíceis de definir como seus projetos. Segundo Soong (2021), a China tem três objetivos principais para usar o BRI: para gerar apoios locais para seus interesses econômicos e geoestratégicos; para promover o modelo de governança e desenvolvimento chinês e para avançar nos seus interesses, que incluem gerar apoio pelo PCCh e seus interesses territoriais, como na questão do Mar do Sul da China ou Taiwan. Mas os objetivos do BRI também são relacionados a resolver outras questões internas e externas do país, como é o caso do "*Walk-out Policy*", destinado a resolver a pressão do excesso de produção e saturação do mercado doméstico. Assim, por meio do BRI a China conseguiria escoar seu excesso de mão de obra, gerando emprego para sua população e mercado para sua indústria.

No outro sentido, a China também tem usado o BRI como forma de obter fontes de matérias primas, assim como para abrir ou reforçar mercados para suas exportações. No caso da América Latina, grande fonte de minérios, recursos naturais e bens agrícolas, os investimentos chineses têm aumentado muito nos últimos anos. Considerando a América Latina e o Caribe como um todo, as exportações para a China aumentaram de 1.3% em 2000 para 14.5% em 2020 e os investimentos chineses na região aumentaram de 12% em 2014 para 21.4% em 2017 (IMF - WP, 2021).

Embora seja possível afirmar que a China está reforçando sua relação com as fontes dos recursos que precisa, igualmente é possível afirmar que seu interesse não está limitado apenas

à obtenção de recursos dos quais possa carecer. Em um *working paper* do FMI, por meio da comparação de dados sobre aquisições e fusões da China na América Latina e o Caribe (LAC, por sua sigla em inglês), foi evidenciado que desde meados da década de 2010 os investimentos chineses estiveram direcionados a setores onde a China tem vantagem comparativa, tendência que é similar para outros países fonte de investimento externo direto (IMF - WP, 2021). Segundo esse estudo, os investimentos da China na região têm sido cada vez mais direcionados para as indústrias de manufatura e serviços, como transportes, eletricidade, serviços financeiros e tecnologia da informação e telecomunicações (AVEDANO et al, 2017). A diversidade dos investimentos chineses pode ter relação com a sua determinação de aumentar o investimento e a cooperação com a região, aumentando inclusive as relações diplomáticas com a Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), que em dezembro de 2021 emitiu o Plano de Ação Conjunta para a Cooperação China-CELAC, tratando de temas de cooperação em diversas áreas políticas e culturais, para o período de 2022-2024 (FMPRC, 2021).

1.3. Do outro lado do espelho

Apesar das características favoráveis do BRI e sua rápida expansão às diferentes regiões do planeta, seu alcance com frequência inspira desconfiança. Um dos motivos para isto não é a iniciativa em si, mas os próprios países que participam dela, com indicadores econômicos considerados inadequados para assumir dívidas da proporção atrelada aos seus projetos, principalmente aqueles relacionados a infraestrutura, pois, como menciona Hillman (2020), ainda que este tipo de investimentos seja visto como uma solução para o emprego e produtividade de uma sociedade, a verdade é que se não for bem executado, tais projetos podem destruir mais valor do que criam. Ao fazer esta afirmação, o autor faz referência ao trabalho de Flyvbjerg (2016), que afirma que "o típico investimento em infraestrutura tem destruído valor econômico na China devido a falhas na gestão de riscos que impactam custos, tempo e benefícios", e testa a hipótese de que "devido à propensão de exceder custos e diminuição de benefícios, o típico investimento em infraestrutura destrói o valor econômico". Em efeito, os investimentos em infraestrutura são considerados como uma solução ao desemprego e problemas de produtividade, mas também são vistos com cautela, tanto como uma avaliação dos benefícios que podem gerar este tipo de investimentos ou relações entre o país recipiente ou participante do BRI, como pelas implicações negativas que possa ter. O discurso chinês tende a focar na cooperação Sul-Sul, no tratamento em termos de igualdade, onde os ganhos não são de soma zero e sim equitativos para todos, no respeito pela soberania de cada país, entre

outros termos apaziguadores, mas suas intenções continuam gerando receios. Considerando que não há uma definição clara do que é nem dos objetivos que busca alcançar, os receios são igualmente amplos, relacionados a neocolonialismo, armadilha da dívida, economia predatória, impactos ambientais, transparência, por citar alguns. Em suma, "a maioria dos países quer os investimentos e comércio da China, mas consideram seu crescentemente agressivo comportamento alarmante" (HILLMAN, 2020).

O crescimento dos investimentos externos da China tem gerado receios de que os investimentos sigam objetivos geopolíticos chineses, agravado pela falta de transparência dos países recipientes (IMF - WP, 2021). Um dos principais e mais citados exemplos disto é o da construção do porto de Hambanota, no Sri Lanka, agora sob concessão chinesa, depois de que o governo cingalês cedesse a concessão por noventa e nove anos à China não conseguisse pagar a dívida adquirida para sua construção (KHANNA, 2019), sendo um emblemático caso de armadilha da dívida, ou *debt trap*, em sua expressão em inglês.

Outro exemplo que chama a atenção é a construção do porto Kyaukphyu, no Mianmar, que devido a sua localização distante de Yangon, principal polo econômico do país, é interpretado como uma saída ao mar da província chinesa de Yunnan. Desta forma, as importações energéticas da China já não teriam que passar pelo estreito de Málaca e a China conseguiria resolver um dos seus mais tradicionais desafios geopolíticos, já que a China é altamente dependente deste estreito para a importação de petróleo, principalmente.

Ao outorgar financiamentos às nações ao longo de sua nova rota da seda, o estado Chinês também cria uma maior dependência do seu capital e maior influência das suas próprias normas de governança. Mas essa dependência tem a intenção de ser inversamente proporcional à própria dependência da China dos demais países, segundo é esperado com o Paradigma de Desenvolvimento de Circulação Dupla, no qual "a circulação econômica doméstica tem um papel principal, enquanto a circulação econômica internacional tem um papel secundário, alavancando e alimentando o mercado doméstico". Com isso, Xi reconhece a necessidade de ter uma economia mais resiliente, menos vulnerável a fatores e mercados externos, principalmente depois da guerra comercial estabelecida com Estados Unidos na presidência de Donald Trump. Nesse sentido, a China seguiria o caminho do "*decoupling*" ou desacoplamento, de sua dependência econômica com determinados países, ficando mais blindada dos movimentos externos a ela e dando uma nova direção, com um olhar centrado nela mesma.

Da mesma forma, e de acordo com suas metas de chegar a ser uma sociedade e economia moderadamente próspera, a China precisa de:

> [...] um crescimento do PIB em torno de 6,5% anualmente, prolongar o processo de abrandamento do excesso de capacidade, reestruturar e consolidar as empresas estatais e promover a internacionalização do Renminbi. E o BRI é o meio para alcançar todos esses objetivos (ROLLAND, 2017).

Uma China forte economicamente gera suspeitas, mas uma China cada vez mais ativa em suas relações internacionais, no estabelecimento de parcerias e fortalecimento de sua presença praticamente em todo o planeta e em áreas críticas, como é a construção de infraestrutura e a geração de relações de dependência, é uma ameaça recebida com extrema desconfiança por parte dos demais países.

Isto se deve a que, ao ter uma presença cada vez mais forte nos países da rota, a China também aumenta sua capacidade de projetar poder. Com seu fortalecimento, a China minimiza suas possíveis perdas em campos que vão desde a segurança até o comércio, em uma ordem internacional até agora liderada por Estados Unidos. Os meios chineses para fortalecer seu papel internacional não se referem estritamente a recursos militares, mas a instituições multilaterais e estratégias de equilíbrio institucional que desafiam a ordem internacional, favorecendo um cenário de transição de poder que, de acordo com FENG & HE (2017), pode ser pacífico. Mas também há autores que vêm com maior desconfiança a possível transição de poder e, com uma visão mais pessimista, temem uma guerra entre potências. Este debate será tratado no seguinte capítulo.

Em menos de 10 anos, o BRI passou de ser uma menção em um discurso de Xi Jinping no Cazaquistão a chamar a atenção da comunidade internacional pelos efeitos que possa ter no *status quo*. Depois de décadas de hegemonia estadunidense e da identificação de uma ordem mundial com uma única potência, o mundo chega ao debate de uma mudança, onde, ademais, já não é Ocidente quem disputa a liderança do mundo, e sim um país do Oriente. A China tem elaborado seu caminho para chegar nesse ponto de liderança, fortalecendo sua economia e presença internacional ao longo dos anos e com o BRI tem um mecanismo para consolidar seu poder, onde quer que suas rotas se expandam.

Contudo, trata-se de um conceito extremamente abrangente, onde não está claro o tipo de projeto que realiza, as áreas que segue, os escopos e, inclusive, os países membros. A dificuldade de definir o BRI foi enfrentada por pesquisadores de todos os continentes que, a partir de abordagens criativas e inovadoras conseguiram dar uma luz sobre a iniciativa, mas não

conseguem oferecer uma definição oficial porque, afinal, a única que tem a potestade de fazer isso é a República Popular da China.

ELEMENTOS DE DEFINIÇÃO DO BRI

Três dificuldades de definição:

1. Projetos
2. Participantes
3. Objetivos

Nível local: atores/indivíduos, províncias, stakeholders.
Nível nacional: controle central (PCCh) – órgãos gestores (National Development and Reform Commission (NDRC), the Ministry of Commerce (MOFCOM), the Ministry of Foreign Affairs (MOFA) or the Ministry of Culture (MoC)
Nível internacional: países membro, participantes, países onde há projetos relacionados à China
Financiamento: Bancos estatais (Agricultural Development Bank of China (ADBC), China Development Bank (CDB), Export-Import Bank of China (CHEXIM), Agricultural Bank of China (ABC), Bank of China (BOC), China Construction Bank (CCB), Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)); Fundos Estatais (China Investment Corporation (CIC), Silk Road Fund (SRF)); Instituições Financeiras Internacionais (Asian Development Bank (ADB); Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB); New Development Bank (NDB)).
Áreas: infraestrutura, comércio, cooperação, desenvolvimento.
Aspectos: sociais, ambientais, normativos – regulatórios, tecnológicos.
Desafios: direitos humanos, armadilha da dívida, transparência, corrupção.

Na revisão de literatura apresentada foram identificados diversos obstáculos na definição do BRI, que pode ser resumida em três dificuldades principais: os tipos de projetos, com suas características; os participantes, seja como signatários da Iniciativa, como parceiros comerciais ou como parceiros em projetos específicos, e; seus objetivos, que são diversos e incluem diversas áreas. Quanto aos atores relacionados, eles podem ser classificados de acordo com o nível, seja local, nacional ou internacional. No primeiro caso, refere-se às políticas no escopo das províncias, com indivíduos, organizações ou empresas de menor escala ou, em suma, stakeholders, ou seja, atores que possuem algum grau de influência, como é o caso dos bancos, por exemplo. No segundo, está o nível nacional, com predominância das entidades governamentais encarregadas pela implementação e controle das políticas que permitem a existência do BRI. Finalmente, o terceiro faz referência ao nível internacional, com os países membro e as regiões onde há projetos relacionados à China.

As fontes de financiamento são relevantes ao analisar o BRI, pois por meio delas são feitos os investimentos e empréstimos que permitem a execução dos projetos. Ao considerar a origem de tais instituições, é possível identificar a influência direta da China, pois inclusive nos bancos internacionais, em todos os casos a China possui uma participação de destaque, como acontece com o NDB, AIIB e ADB. Igualmente, no caso de bancos nacionais, estão diretamente

relacionados ao favorecimento das políticas públicas e projetos de governo do país asiático. Isto leva ao seguinte ponto, que são as áreas de atuação, resumidos em quatro pontos principais: infraestrutura, comércio, cooperação e desenvolvimento, todos os quais estão relacionados à tecnologia. Por fim, devem ser considerados os desafios do BRI, assim como suas críticas, que se referem à proteção dos direitos humanos, armadilha da dívida, transparência e corrupção, principalmente.

O conceito carece de uma definição oficial que esclareça concretamente o que é o BRI, mas, quiçá, um dos seus principais problemas não seja só a ambiguidade do termo, mas seus objetivos e o que a China espera alcançar com ele. Considerando os elementos acima apresentados, é possível obter um panorama geral do BRI e seu funcionamento, para um maior entendimento desta iniciativa, que tem um potencial de impacto profundo no mundo como é conhecido hoje. Nesse contexto, o surgimento da China como potência é interpretada como uma rivalidade para os Estados Unidos e um questionamento da configuração unipolar da balança de poder internacional.

Uma situação similar foi relatada na Grécia Antiga por Tucídides. Esparta, a potência militar e econômica da região, começou a observar com desconfiança o crescimento de Atenas. Embora não apresentasse uma ameaça evidente, sua influência e fortalecimento foram vistos como uma afronta ao seu poder e, com a finalidade de conter maiores avanços, decidiu atacar, levando à Guerra do Peloponeso. A Armadilha de Tucídides, inspirada na guerra entre os gregos, passou a servir de modelo explicativo para os casos de poderes ascendentes, sob uma ótica que remete às teorias realistas das Relações Internacionais. Agora o caso surge mais uma vez, mas – ainda - sem concluir em guerra. Se é inevitável ou não, é algo que merece destaque e avaliação por parte da comunidade acadêmica mundial. Afinal, o desfecho desta nova versão da Armadilha tem o potencial de afetar significativamente todas as regiões do planeta e, perante isso, é necessário preparação e conhecimento. Este debate será aprofundado no seguinte capítulo.

2. A CHINA DE TUCÍDIDES

> *Tal vez, andando el tiempo, se diga con verdad que la realidade histórica más profunda de nuestros días, en parangón con la cual todo el resto es solo anécdota, consiste en la iniciación de un gigantesco enfrontamiento entre Occidente y Oriente.*
>
> José Ortega y Gasset, 1923

Em uma configuração internacional onde o poder é distribuído entre seus diferentes atores, com um país hegemônico (Estados Unidos) e uma potência em ascensão (China), o mundo deve observar os movimentos que podem levar a tensões entre as duas partes. Depois da revisão do contexto histórico e de um melhor entendimento do crescimento da China e do BRI, é necessário fazer uma análise mais profunda, a partir de uma abordagem teórica, que permita considerar os atores não apenas de forma descritiva de suas características, mas também ilustre cenários hipotéticos das reações e motivações que possam levá-los a agir de determinadas formas.

Para a observação do sistema internacional e como são dadas as relações nele, a ontologia (a natureza do objeto de estudo, o que ele é) e a epistemologia (a forma de captar uma realidade objetiva sobre o objeto de estudo) definem o que é entendido pelo próprio sistema e pelos atores ou agentes que nele interagem. Seguindo o proposto por Alexander Wendt, "a resposta para 'o que causa o quê?' dependerá em grande parte de como respondemos ao 'que acontece lá?' e a 'como devemos estudá-lo?'" (WENDT, 1999).

Ao estudar a China, o primeiro desafio apresentado é o rompimento com ideias preconcebidas sobre o país asiático, construídas ao longo dos séculos, seja pelo histórico isolacionista do *Middle Kingdom* ou por identidades elaboradas por meio de imagens, discursos e manifestações culturais, como o que foi chamado de "Orientalismo", por Edward Said. Este Orientalismo é manifestado e reproduzido em ocidente, denominando como:

> Um conjunto de motivos que outorgam significação às realidades que ficam compreendidas sob o nome de Oriente [...], trata-se de um prisma unificador e globalizante que reúne nessa noção – e nos seus termos associados, um espectro heterogêneo de espaços de historicidade e que, portanto, nega ou obscurece diferenças e especificidades (BERGEL, 2015).

O objetivo é pensar a China não sob a luz da *Outredade*, ou seja, não como uma diferença da qual devemos nos separar, mas com uma visão que permita proximidade, em vista

da inevitabilidade de sua preponderância atual e nas décadas afrente. Afinal, “as ideias, culturas e histórias não podem ser estudadas sem que sua força, ou mais precisamente a sua configuração de poder, seja também estudada” (SAID, 1990).

Pensar as Teorias de Relações Internacionais que podem ser usadas para interpretar a China, sua ascensão e papel internacional faz parte da identificação do problema, suas causas e elementos mais relevantes. “O que vemos (ontologia), como vamos obter conhecimento do que vemos (epistemologia) e como queremos explicá-lo ou demonstrá-lo (metodologia), é o que orienta a eleição de uma teoria” (VÁSQUEZ, 2016). Embora as diferentes teorias ofereçam abordagens que contribuem substancialmente à compreensão de um fenômeno e, no caso em particular, a China possa ser entendida a partir de diversos aspectos, para esta pesquisa prevaleceu uma interpretação positivista, sem ignorar o fato de que o pós-positivismo, a partir da análise do discurso, linguagem e representações, possa oferecer uma perspectiva que contribuiria com elementos que aqui não são elaborados, como o papel de Xi Jinping para o BRI ou o uso dos meios de comunicação na construção da identidade chinesa e sua expansão para outras áreas do planeta. Na medida em que estas teorias diferem das positivistas na sua visão de mundo e forma de avaliá-lo, é necessário abordar o tema tendo em conta que haveria uma incompatibilidade ontológica e epistemológica se fosse contra-argumentado por linhas pós-positivistas, o qual foge do escopo desta pesquisa.

Em um primeiro momento, será feita uma abordagem a partir do Realismo, já que dialoga com as relações de poder e resulta explicativo ao interpretar a vontade de poder em um cenário onde uma potência hegemônica, os Estados Unidos, depara-se com outra em crescimento, a China. Igualmente, é justificado pela relação que há entre a tecnologia e as relações de poder, com impactos na segurança, na competição e na participação do Estado, cada vez mais presente nos processos relacionados. Assim, parte-se do pressuposto de que o realismo é uma teoria descritiva do comportamento do Estado em um novo cenário de predominância tecnológica, que pode ser explorado a partir das contribuições de diversos autores da área, com ênfase na literatura de estudos de segurança. Assim, é necessário considerar a balança de poder e, tratando-se primordialmente da relação de um estado (a China) com o mundo e seu principal opositor (Estados Unidos), a unidade de análise é inquestionavelmente o estado e a complexidade do seu comportamento. São úteis à análise as ferramentas epistemológicas realistas de Waltz, que considera a estrutura do sistema internacional, e de Mearsheimer, que identifica o estado como maximizador de poder.

Depois de uma revisão das principais contribuições do realismo, será aprofundada a Teoria de Transição do Poder, a partir das pesquisas realizadas por Graham Allison sobre os

casos históricos onde esta situação aconteceu, com diferentes desfechos, a maioria deles terminando em guerra. Outros teóricos complementam a visão de Allison, assim como contestam algumas de suas hipóteses, o qual também será abordado neste capítulo.

É importante destacar, que ainda que explicativo em diversos aspectos, o realismo não responde a todas as questões relacionadas a esta situação nova e em constante evolução no cenário internacional, motivo pelo qual na última parte deste capítulo serão consideradas brevemente outras abordagens que complementam o entendimento do caso. Portanto, embora o Realismo seja a teoria orientadora desta pesquisa, será necessário considerar interpretações feitas a partir de outras teorias, como forma de questionar e avaliar até que ponto a resposta realista à situação da China atual é explicativa, sendo possível complementar a análise. Este é o caso das teorias relacionadas ao Liberalismo (como Neoliberalismo Institucional, Interdependência e Idealismo, por exemplo), que consideram elementos e atores ignorados pelos Realistas e, também, muito presentes no comportamento internacional do estado chinês, como a cooperação, as instituições internacionais e as relações comerciais. Destaca-se o fato de que estas teorias são mais positivas na sua visão de mundo e consideram que a guerra é evitável, já que há mecanismos e instrumentos para que prevaleça a cooperação em vez do enfrentamento bélico. Aqui não se trata mais de ganhos soma-zero, mas de ganhos relativos para todos. Como sugere Vázquez (2016), "ontologicamente, enquanto um liberal observa cenários de *confiança*, um realista os observa de *desconfiança*; onde um observa *cooperação*, o outro *conflito*; onde um vê viável um *poder coletivo*, o outro observa um *poder unitário"*.

Essa contraposição deve contribuir ao diálogo entre as teorias para uma melhor interpretação do caso estudado, estabelecendo um debate entre Neorrealismo e Neoliberalismo, considerando que, segundo Wendt, são teorias "subsocializadas", no sentido de que levam em consideração a forma pela qual os atores da política mundial são socialmente construídos. Seguindo as palavras do mesmo autor:

> Os Neorrealistas enxergam a estrutura do sistema internacional como uma distribuição de capacidades materiais, porque abordam seu tema sob a ótica materialista; os Neoliberais a enxergam como capacidades somadas a instituições, porque adicionaram ao princípio material uma superestrutura institucional. Já os construtivistas a enxergam como uma distribuição de ideias, porque possuem uma ontologia idealista (WENDT, 1999).

Essa diferença ontológica é o motivo pelo qual não é considerado aqui o Construtivismo, como foi explicado acima.

Sem dúvida, o crescimento da China e o aumento de sua influência internacional são um sinal de mudança do equilíbrio de poder atual, mas não implica necessariamente um conflito

entre potências. A teoria de transição de poder, a partir de suas diversas abordagens, pode facilitar a compreensão desse processo, assim como dos conceitos de dilema de segurança, balança de poder e comunidade de segurança, aqui tratados. Assim, o debate teórico da literatura disponível, ainda que elaborada em contextos e momentos diferentes, apresenta uma ferramenta enriquecedora para avaliar a conjuntura atual, que é particularmente desafiada pelo papel da China no mundo.

2.1. Realismo como teoria explicativa para as relações de poder

O Realismo observa um mundo onde o Estado é um ator racional, unitário, unificado e é o mais importante dentro do sistema internacional, de característica anárquica, que compete por segurança, poder e sobrevivência (VÁZQUEZ, 2016). A partir disso, foram desenvolvidos alguns conceitos e teorias que oferecem uma luz sobre a dinâmica das relações entre Estados e contribuem no entendimento da China, como os atributos de poder, sua posição dentro do sistema internacional e as características dos seus ganhos. É importante considerar o espectro de visões dentro do paradigma, que apesar de compartilhar pressupostos gerais, seus diversos autores oferecem contribuições nas quais não necessariamente concordam. Assim, aqui prevalecerão aqueles conceitos que são mais adequados para a análise sobre a China e seu papel no mundo, a saber: a teoria da estabilidade hegemônica, neorrealismo, balança de poder, dilema de segurança, comunidade de segurança e o realismo defensivo e ofensivo. Não havendo espaço para aprofundar em todos os detalhes destas teorias, serão considerados os principais elementos explicativos para o caso que concerne esta pesquisa.

Teoria da Estabilidade Hegemônica

Uma das primeiras visões sobre a relevância de um poder hegemônico dentro das teorias do Realismo, foi a da estabilidade hegemônica, encabeçada por Charles Kindleberger. Ela parte do pressuposto de que "a concentração de poder tende a garantir uma maior estabilidade do sistema internacional, porque o ator hegemônico assume os custos da provisão do 'bem coletivo', que é a estabilidade", como explica Campos de Mello (1997). Esta definição é complementada a partir do Realismo Estrutural ou Neorrealismo de Kenneth Waltz, que considera a estrutura do sistema internacional e sua influência no comportamento dos Estados, assim como a geração de conflitos entre eles. Conecta-se à noção de estabilidade hegemônica ao pressupor o caráter anárquico do sistema internacional e ao identificar a necessidade de uma autoridade que faça prevalecer a ordem, pois cada estado estaria buscando seu próprio benefício.

Dessa forma, sob a luz desta teoria, o surgimento da China como potência gera uma instabilidade sistêmica, perante a qual os Estados Unidos, como potência hegemônica, responderiam ativamente por meio de arranjos que resultariam, potencialmente, em conflito.

Teoria da Balança de Poder

Avançando no desenvolvimento teórico dos questionamentos que foram levantados a partir das primeiras observações realistas, surge o debate da balança de poder, considerando a presença de uma, duas ou múltiplas potências. Assim, William Wolforth em "*The Stability of a Unipolar World*", apresenta a Pax Americana como a melhor alternativa para a estabilidade mundial. No entanto, cabe destacar que o artigo de Wolforth foi publicado em 1999, no período de pós-guerra fria, quando a China apenas estava começando a fortalecer sua economia. Agora, vinte anos depois, o declínio da influência e poder dos Estados Unidos no sistema internacional, reforçado pela crescente presença da China, apresenta um cenário de incerteza, onde não é mais possível sustentar a unipolaridade do sistema. Assim, Wohlforth defende o status quo, assumindo que o sistema unipolar é durável e pacífico, e partindo do pressuposto de que os Estados Unidos têm preponderância de poder e que o sistema é criado em seu torno (WOHLFORTH, 1999), mas não nega que essa estabilidade depende das respostas e incentivos dados pela potência norte-americana.

Seguindo essa a linha, é possível afirmar que depois do fim da Guerra Fria e até a atualidade, Estados Unidos tem sido o único poder hegemônico e, portanto, é um ator preponderante na definição da ordem mundial. Não obstante, desde o período de abertura e reforma em 1978 a China tem apresentado altas taxas de crescimento, chegando a ser a segunda maior economia do mundo. Já com o Presidente Xi Jinping, a China passou da estratégia discreta defendida por seus predecessores, que evidenciavam um nível de consistência, sem pretensões de alterar a ordem global, para uma mais arrojada, evidenciada, entre outros, pelo ambicioso Belt and Road Initiative (GENNARI, 2017). Outros fatores considerados por Wohlforth, como o desenvolvimento tecnológico, também têm aumentado consideravelmente para o país asiático, sendo que hoje em dia é um dos países que mais investe em inteligência artificial, superando inclusive os Estados Unidos[4].

Por outro lado, a teoria da balança de poder prediz que os Estados juntar-se-ão contra o Estado mais forte no sistema, enquanto a balança de ameaça diz que a tendência será de se unirem contra o Estado que representar uma maior ameaça (WALT, 1997). Sob esta perspectiva,

[4] MIT Technology Review. Yes, China is probably outspending the US in AI—but not on defense. 5 de dezembro, 2019.

seria possível avaliar que no caso da China, prevalece a percepção de ameaça, considerando que enquanto Estados Unidos foi a única potência hegemônica não recebeu nenhuma contestação relevante e o status quo estava sendo preservado sem maiores ameaças, segundo previa Wohlforth. Contudo, o cenário mudou quando potências médias foram surgindo e contestando a preponderância americana, sob a liderança da China, como aconteceu com a criação de agrupamentos como os BRICS, e instituições que se apresentavam como alternativa àquelas criadas no âmbito de Bretton Woods, como é o caso do AIIB e do NDB (*New Development Bank)*, entre outros.

Por outro lado, é possível identificar reações negativas ao crescimento chinês e à expansão do BRI, como nos casos apresentados no anterior capítulo, da construção do porto de Hambanota no Sri Lanka e do porto Kyaukphyu, no Mianmar, entre outros tantos casos que levantam suspeitas, rejeição e desconfiança da presença chinesa em diferentes regiões. Os países africanos e asiáticos que recebem maior influência e presença chinesa, costumam ser os mais enfáticos em suas objeções (na mesma proporção em que fortalecem relações econômicas, recebem investimentos e aumentam parcerias), mas a liderança dos Estados Unidos na contraposição à China também é destacada, principalmente nas questões relativas à tecnologia, como será elaborado no seguinte capítulo desta dissertação.

A China é identificada, portanto, como uma ameaça, na medida em que suas intenções e suas formas de aproximação são questionadas, aumentando cada vez mais a dependência dos países que com ela se relacionam, seja por suas relações comerciais ou pelos investimentos realizados, como acontece no âmbito do BRI.

Dilema de Segurança

O 'Dilema de Segurança' é formulado a partir dos primeiros debates realistas e possui um caráter revisionista, condicionado aos atributos de poder de outros Estados, sendo que as incertezas sobre suas motivações e capacidades levariam ao dilema de decidir e agir, com a potencial consequência de entrar em guerra. Segundo a definição de Booth e Wheeler, o dilema de segurança é:

> Um predicado estratégico de dois níveis nas relações entre Estados e outros atores, levando a dois *lemas* (ou proposições que podem ser consideradas válidas), que forçam os tomadores de decisões a escolher entre eles. O primeiro é o dilema da interpretação, sobre motivos, intenções e capacidades dos outros; o segundo e derivativo nível consiste na resposta sobre a forma mais racional para responder" (BOOTH & WHEELER, 2008).

Os autores também consideram o paradoxo de segurança, onde os líderes resolvem seu dilema de uma forma que cria uma espiral de hostilidade mútua, considerando que a intenção ofensiva não existiria em princípio e, finalmente, definem o desafio estratégico como a situação na qual o dilema da interpretação já foi definido, mas deve decidir como agir.

Os autores traçam um interessante panorama, onde vinculam o dilema de segurança com conceitos desenvolvidos anteriormente. Começam com a armadilha de Tucídides, onde a insegurança leva à desconfiança e, portanto, à guerra; citam o medo hobbesiano, sinônimo da incerteza irresolvível no centro do conflito; e a desconfiança em Rousseau (a partir da sua obra Origens da desigualdade) e citado por Waltz em *Man, the State and War*, referindo-se à parábola dos caçadores. Nela, inspiradora da teoria dos jogos, a cooperação social é a que determina maiores ganhos entre os atores, que devem fazer escolhas sem conhecer a do outro. Contudo, a natureza humana (voltando a Hobbes) apresenta um desafio e o caráter egoísta do ser humano aumenta as chances de se afastar da cooperação e optar por uma escolha individual, ainda sob o risco de diminuição dos lucros. Em suma, quando enfrentado ao dilema de segurança, sempre é possível esperar o pior.

Mas o que acontece quando um estado quer melhorar suas capacidades? Como perguntam Booth e Wheeler, "quando 'melhorar o status quo' implica ter uma política 'revisionista'? e quando um 'estado normal maximizando seu poder', torna-se um estado 'ambicioso'?" (2008). Este debate pode ser aplicado à ascensão da China como potência. Em um primeiro momento, ela focou no seu crescimento como forma de melhorar suas condições internas, mas progressivamente foi ampliando e fortalecendo sua presença internacional, inclusive por meio de sua iniciativa, o BRI.

Comunidade de Segurança

Não todas as abordagens realistas enxergam a guerra como único desfecho possível em um sistema internacional anárquico. O conceito de comunidade de segurança, por exemplo, pode representar uma política de segurança onde seus atores desenvolvam uma disposição pacífica. Adler e Barnet partem do conceito de comunidades de segurança de Karl Deutsch, que é quando os "estados integram-se ao ponto de criar um sentido de comunidade, garantindo que resolverão suas diferenças sem guerra. Implica entendimentos comuns, valores transnacionais e fluxos de transações que estimulam a criação da comunidade" (ADLER E BARNET 1998). Para isto, Deutsch recorre ao conceito sociológico de comunidade, que desafia os modelos tradicionais de política de segurança. Assim, a comunidade internacional é inegável, mas o que deve ser avaliado é onde, quando e como importa. Contudo, para abordar a sua importância,

seria necessário considerar que há múltiplos cenários onde não há valores que possam ser interpretados como comuns, sem mencionar a relevância da presença de outros atores.

Para Deutsch, a comunidade de segurança depende de "conhecimento compartilhado, forças ideológicas e um ambiente normativo denso" (ADLER E BARNET 1998). Desta forma, ele abre campo à análise transnacional, onde mudam as dinâmicas realistas de segurança e evitam o conflito. Adler e Barnett, no entanto, destacam os problemas teóricos, conceituais e metodológicos de Deutsch, motivo pelo qual o conceito desenvolvido por ele não teve maior desenvolvimento acadêmico. Ademais, outras teorias foram ampliando essa ideia inicial, como as de integração regional, cooperação, interdependência e regimes internacionais.

Voltando ao questionamento a partir do caso Chinês, dificilmente seria possível considerar uma comunidade de segurança para o país asiático. Regionalmente, a China, mesmo sendo importante aliado e parceiro comercial para os países da Ásia, sua influência é vista com grande desconfiança e questões como sua presença no Mar do Sul da China, as reivindicações de independência de Taiwan, sua relação com Hong Kong, entre outros, demonstram que não conta com as características sugeridas por Deutsch. Ainda no âmbito de agrupamentos de países, como é o caso dos BRICS, onde há uma aproximação de cooperação e iniciativas institucionais que visam fortalecer as relações entre seus membros, não implica em valores compartilhados entre eles. O principal exemplo seria sua relação com a Índia, também membro dos BRICS, mas ao mesmo tempo um dos principais rivais da China na Ásia.

Isto não significa que não seja possível encontrar exemplos de comunidades de segurança em outras regiões, mas implicaria, portanto, que o conceito não tenha características universais e estaria atrelado a princípios considerados "ocidentais", como é o caso do republicanismo kantiano, mencionado pelos autores. Por outro lado, também sugerem que é necessário "focar em como interações estratégicas e padronizadas entre estados e sociedades podem representar a disseminação de novas estruturas normativas, entidades e interesses que são mais coletivos e menos particulares" (ADLER E BARNET 1998). A tendência ao coletivismo seria então uma forma de identificar novos comportamentos entre os atores internacionais e sua incidência na segurança global.

Neorrealismo de Mearsheimer e Waltz

Finalmente, é necessário ter em conta o realismo defensivo e o ofensivo. Como Walt (1997) resume, os "realistas ofensivos como Mearsheimer argumentam que grandes poderes buscam maximizar a segurança aumentando seu poder relativo, enquanto os realistas defensivos,

como Jack Snyder ou Charles Glaser argumentam que grandes poderes geralmente são mais seguros quando se abstêm da maximização de poder e buscam defender o status quo".

Para Mearsheimer, os grandes poderes têm intenções revisionistas[5], de competição por poder, estimulados por um sistema que leva os Estados a buscar oportunidades para aumentar seu poder perante os outros. Ele parte de cinco pressupostos para sustentar seu argumento: 1) o caráter anárquico do sistema internacional; 2) grandes poderes têm capacidade militar ofensiva; 3) Estados não têm certeza das intenções de outros Estados; 4) a sobrevivência é o principal objetivo de grandes poderes; e 5) grandes potências são atores racionais (MEARSHEIMER, 2001). O autor também enfatiza no medo e suspeita que prevalece na relação entre potências, de forma que a distribuição de poder se torna um elemento de atenção, na medida em que elas buscarão maximizar seu poder e as oportunidades de alterar a balança de poder a seu favor, em uma análise que remonta à Armadilha de Tucídides, que será melhor explicada mais adiante.

Já o realismo defensivo de Waltz prevê uma maior tendência à balança de poder, também a partir da análise estrutural do sistema. Por não considerar o papel do ator individual e estar limitado à observação da estrutura, ele não estima resultados locais, mas foca sua atenção no sistema como um todo. Feng e Ruizhuang reconhecem que a abordagem do neorrealismo estrutural de Waltz pode ser explicativo para mudanças nas relações entre potências, dentro do escopo da balança de poder, mas não explica os movimentos específicos na escalada de tensão entre os atores.

> Para Waltz, a estrutura internacional restringe, mas não é um fator determinante do comportamento do Estado. Por meio de competição e adaptação entre estado, a pressão estrutural reforça seus efeitos, levando a que Estados com níveis similares de poder tendam a ter comportamentos similares ao longo do tempo (FENG E RUIZHUANG, 2006).

A partir dos elementos aportados pelas diferentes visões do Realismo, é possível identificar a relevância da relação de poder e como sua interpretação não assume uma única característica. Afinal, a unidade de análise impacta nas suas conclusões, seja ela o Estado ou a estrutura do sistema internacional. Contudo, todas compartilham uma mesma base, que remonta ao século V AEC: A história da Guerra do Peloponeso, de Tucídides.

---

[5] De acordo com Organski e Kugler, os poderes revisionistas "desejam redefinir as regras pelas quais funcionam as relações entre nações" (CHAN, 2007). Por outro lado, para Gilpin, um Estado revisionista é aquele que não apenas deseja mudar a distribuição de poder, mas também deseja mudar os "direitos e regras que governam ou pelo menos influenciam as interações entre estados" (GILPIN, 1981).

2.2. Uma nova distribuição de poder: as características e potenciais consequências de um cenário de transição de poder

Dificilmente será possível falar da ascensão chinesa sem começar pela teoria de transição de poder. Esta teoria considera o sistema internacional como uma "hierarquia que permanece estável quando uma nação dominante e satisfeita consegue reunir uma coalizão de nações com preferências similares quanto ao status quo" (KUGLER, J., TAMMEN, R.L., SWAMINATHAN, S., 2001). Em contrapartida, poderes similares fornecem as condições necessárias para que haja competência pela dominação e postula que a competição econômica aumentaria, na medida em que os riscos à segurança diminuam. Assim, o crescimento desigual em produtividade econômica, populações e capacidade do Estado levam a mudanças do poder e, considerando que a China conta com estas capacidades, ela possui poder suficiente para representar um desafio ao líder mundial atual. Se, adicionalmente, a China tiver caráter revisionista, de acordo com a mesma teoria, ela tentará modificar o status quo e as regras e normas existentes, de acordo com seus interesses.

Ao haver um aumento na competição de caráter econômico, político e de projeção internacional, a capacidade do Estado leva a mudanças no seu poder, levando ao chamado "*Tucídides Trap*" ou Armadilha de Tucídides. Graham Allison (2018) descreve esta armadilha como a reação natural e inevitavelmente desconcertada que acontece quando uma crescente potência ameaça em deslocar o poder hegemônico. As consequências podem ser analisadas a partir do realismo, com foco mais pessimista, que considera praticamente inevitável um enfrentamento bélico. De acordo com a análise de Huiyun Feng e Kai He (2017), no caso do realismo revisionista de Mearsheimer, "o poder emergente da China faria o que os Estados Unidos fez no século XIX: buscar a hegemonia regional no seu próprio hemisfério", resultando em conflito entre a potência emergente e a hegemônica.

Encontra-se também a interpretação defendida por Lebow e Valentino (2009), onde as capacidades materiais da China não lhe outorgam o poder de reestruturar o sistema internacional ao seu favor e, "caso aconteça uma guerra entre os Estados Unidos e China no futuro, não será devido à transição de poder". Cabe ter em conta, sem embargo, que os autores defenderam sua hipótese em 2009, de forma que até os dias de hoje, e depois do surgimento do BRI em 2013, estas características já mudaram significativamente.

No entanto, o realismo prioriza o poder militar e interpreta de forma pessimista a cooperação, que para o caso avaliado nesta pesquisa é limitante. Isto se deve primeiramente ao fato de que o crescimento chinês não é primordialmente militar e sim econômico e tecnológico,

o qual pode ser mais bem explicado a partir de abordagens liberais. A cooperação, por outro lado, compõe inclusive a maioria dos discursos chineses e é reforçada na sua projeção de *soft power* internacionalmente. Nesse sentido, o neoliberalismo oferece uma visão mais otimista, que considera que, graças à cooperação e interdependência, os Estados podem evitar a guerra e encontrar mecanismos para aliviar a tensão de uma mudança na distribuição de poder internacional e não necessariamente haveria necessidade de alterar o status quo, evitando o conflito, pois a interdependência entre os Estados e a cooperação favorecem uma abordagem baseada mais em ganhos relativos, em vez de absolutos. Esta abordagem será aprofundada mais adiante.

Voltando à interpretação realista, a ascensão da China, em um sistema internacional com uma potência hegemônica, os Estados Unidos, remete a Tucídides e sua narrativa sobre a guerra do Peloponeso. Nela, ele descreve como o crescimento de Atenas foi visto com desconfiança pelos espartanos e, apesar de que não conformasse uma ameaça bélica explicita, o florescimento econômico e cultural, assim como suas influências, foram interpretadas como ameaça. Assim surge a "Armadilha de Tucídides", onde o crescimento de uma potência onde já há outra estabelecida gera incerteza, até o ponto de concluir em guerra.

Para reforçar seu argumento, Allison faz uma revisão histórica das situações nas que pode se encaixar a teoria de transição de poder. Remete ao século XV, época de atrito entre Espanha e Portugal, a Espanha dos Habsburgos, a França de Louis XIV, a Alemanha de Napoleão, Wilhemina e da era Nazista, são alguns exemplos, dentre os 16 considerados no seu *Case File*, do Projeto *Thucydides's Trap*, da Universidade de Harvard.

Contrário à visão de que o balanço de poder entre potências permite estabilidade e paz, a teoria de transição de poder argumenta que a aproximação a uma relação mais simétrica, especialmente quando acontece uma alteração entre dois Estados fortes, aumenta a tensão bilateral, podendo ocasionar conflito não apenas entre eles, mas abrangendo mais países (CHAN, 2007). Allison complementa dizendo que o "estresse estrutural causado quando uma potência em crescimento ameaça à atual, eventos inesperados e não apenas extraordinários podem levar a conflitos de grande escala" (ALLISON, 2018).

Organski e Chan compartilham a observação de que a ordem internacional que prevalece foi estabelecida pelas potências para sua vantagem, e tais Estados seriam relutantes a fazer concessões a outros Estados em ascensão. Ou seja, a distribuição de benefícios seria uma fonte de disputas internacionais (CHAN, 2007). Havendo Estados satisfeitos, há maior chance de manutenção da paz e do status quo. Se, por outro lado, aumenta a insatisfação, a probabilidade de guerra aumenta dramaticamente e, nesse sentido, as dinâmicas populacionais e crescimento

econômico são elementos que dão a base à transição de poder (KUGLER, J., TAMMEN, R.L., SWAMINATHAN, S., 2001).

Condições de insatisfação, junto com condições estruturais do sistema aproximam a possibilidade de uma guerra hegemônica. Segundo Choi, para identificá-las há dois conceitos fundamentais: paridade e ultrapassagem.

> A paridade acontece quando um poder em ascensão se desenvolve em um potencial desafiador ao alcançar mais de 80% dos recursos econômicos do estado hegemônico, que normalmente é medido por meio do seu produto interno bruto (PIB). A ultrapassagem ocorre quando a economia da potência ascendente cresce muito mais rápido do que a do poder hegemônico, chegando perto de ultrapassá-lo (CHOI, 2018).

Allison remete ao crescimento chinês dos últimos anos para fazer essa avaliação:

> Em 1980 o PIB da China era menos de $300 bilhões; em 2015 era de $11 trilhões – fazendo dela a segunda maior economia por taxas de mercado. Em 1980, o comércio da China com o resto do mundo não chegava a $40 bilhões; em 2015 tinha aumentado uma centena de vezes, a $4 trilhões. Para cada período de dois anos desde 2008, o aumento do crescimento do PIB chinês foi maior do que toda a economia da Índia. Inclusive na sua menor taxa de crescimento, em 2015, a economia chinesa criava uma Grécia a cada dezesseis semanas e um Israel a cada vinte e cinco semanas (ALLISON, 2017).

Mas, o que faz da China um Estado revisionista? A China apresenta uma ameaça no caso de não ser um poder favorável ao status quo. Chan responde remetendo ao ressentimento chinês com respeito à presença dos Estados Unidos na região Ásia-Pacífico, ou seja, gostaria de alterar o balanço estratégico asiático ao seu favor (CHAN, 2017). No entanto, no seu livro *China, the US and the Power Transition Theory – A Critique*, de 2007, o autor não considera que a China seja revisionista, devido às características que tinha na época. No entanto, a realidade chinesa na época da publicação era outra completamente diferente: Xi Jinping ainda não era presidente do país e do partido, os projetos de médio e longo prazo de desenvolvimento econômico, tecnológico e social, ainda não tinham o alcance atual, e faltavam ainda seis anos para a primeira menção pública sobre o BRI. Muito tem mudado, de forma que a análise deve ser adaptada para interpretar a China a partir dos seus novos atributos de poder.

Nesse sentido, uma das críticas à Teoria de Transição de Poder, é que ela deve dilucidar melhor quais são os atributos de capacidade ao se referir às mudanças potenciais de poder (CHAN, 2007). Não contando com tal descrição, a interpretação carece da especificidade necessária para permitir avaliar se a transição de fato está acontecendo e quais podem ser os eventuais desfechos. O mesmo acontece com os conceitos de status quo e as ideias de satisfação

de insatisfação com o sistema internacional, considerados por Chan (2007) como ambíguos e frágeis.

O próprio conceito de potência hegemônica pode ser contestado. Ao questionar os fundamentos da Teoria de Transição de Poder, Lebow e Valentino (2009) afirmam que o padrão de conflito é contrário ao que a teoria propõe e sugere que os "enfrentamentos entre grandes potências acontecem na ausência de hegemonia, não devido a ela. Essas guerras levam a transições de poder e arranjos de paz que impõem novas ordens, devido a um consenso entre as principais potências". Para a análise, os autores também consideram relevante considerar o caráter da potência hegemônica, seja objetiva ou percebida. No sentido objetivo, são considerados os atributos de poder, como a força econômica e militar e, quanto à percepção, estaria vinculada à identificação de liderança internacional e o poder de estabelecimento de agenda, que é um elemento muito mais complexo de medir e, portanto, torna-se subjetivo se não for considerado minuciosamente, o qual foge do escopo desta pesquisa.

Em suma, não há consenso entre os autores ao interpretar a ascensão chinesa, principalmente por suas características internas, a prevalente desigualdade na sua economia doméstica e sua projeção internacional, que embora seja muito forte economicamente, suscita receios quando toca assuntos pouco populares, como sua presença no Mar do Sul da China e Taiwan, assim como questões relativas a violações de direitos humanos em regiões como Xinjiang. Assim, uma das fraquezas percebidas no caso da China é o fato dela ter um *soft power* fraco, entre outros elementos que fazem com que ainda tenha muitos desafios para enfrentar antes de se tornar o poder hegemônico. Por outro lado, a rapidez dos seus avanços e a exploração de novos campos, como da tecnologia, exige uma revisão atualizada constante, tornando ainda mais desafiador definir o país asiático a partir dos conceitos aqui expostos. A única certeza é que a China é um ator que não pode ser desconsiderado ao avaliar o sistema internacional atual e, sem dúvidas, merece atenção quanto ao seu papel nele.

2.3. Os desafios de novo contexto tecnológico

O Realismo também pode ser usado para entender o contexto tecnológico, na medida em que há uma corrida por desenvolvimento de tecnologias, que se apresenta como uma nova medida de distribuição de poder, com efeitos nas capacidades defensiva e ofensiva. Como explicam Reardon e Choucri, as "teorias [realistas] de dissuasão, de gestão de crises e conflitos podem ser usadas para entender a estabilidade do ciberespaço, se as tecnologias cibernéticas serão uma nova fonte de conflito ou de paz, e se os Estados começarão uma corrida

armamentista cibernética" (2012). Esta ideia aplica não apenas à ciber-segurança, mas a toda a tecnologia usada atualmente. Da mesma forma, tanto na questão da ciber-segurança como na transição de poder, elementos que devem ser considerados são a prevalência pelo status quo e uma balança de poder estável no sistema internacional, segundo aponta, como foi visto, o realismo defensivo de Waltz, e o caráter revisionista do estado, que busca maximizar seu poder para garantir sua sobrevivência no sistema anárquico expressada no realismo ofensivo de Mearsheimer.

Estes conceitos são levados ao mundo tecnológico por autores como Craig and Valeriano (2018), oferecendo evidências empíricas que demonstram a relação entre o aumento das capacidades cibernéticas e as percepções mútuas de ameaça e competição entre estados. Neste cenário, as habilidades defensivas e ofensivas são difíceis de distinguir, o qual, segundo Jervis, agudiza o dilema de segurança, pois na medida em que os estados não conseguem demonstrar suas intenções, qualquer avanço em suas capacidades pode ser visto como ameaça. Em suma, a incerteza que envolve o desenvolvimento de tecnologia tende a estimular a competição e o potencial conflito, reforçado pelo fato de que os dados são considerados, no tempo atual, como uma fonte de poder sem precedentes.

Por outro lado, o realismo resta importância a atores não estatais, o qual não deve ser ignorado em estudos sobre tecnologia e segurança. Outros atores, como organizações e grupos terroristas não devem ser desconsiderados e a teoria de difusão de poder, aninhada no neoliberalismo de Joseph Nye, oferece uma luz nesse sentido. O debate sobre sua relevância será parte deste capítulo, na medida em que há autores que defendem a prevalência do Estado como ator relevante na era cibernética. Afinal, as discussões teóricas que abordam a tecnologia ainda estão em fase de formação, para o qual é necessário contar com a flexibilidade ontológica do caso, em um diálogo que permita construir novas formas de entendimento e interpretação das situações contemporâneas.

O estudo do conflito cibernético ou *cyber conflict* começou com os conceitos de *cyberwar* e *netwar*, por Arquilla and Ronfeldt. Eles consideram o *netwar* como "conflitos ideacionais no nível social alavancados por modos de comunicação vinculados por redes virtuais" e *cyberwar* tem o mesmo sentido, mas no âmbito militar (ARQUILLA AND RONFELD, 1997). Este tipo de conflito acontece no ciberespaço e se refere ao "uso de tecnologias computacionais no ciberespaço com objetivos malevolentes e/ou destrutivos, com a finalidade de impactar, mudar ou modificar as interações diplomáticas e militares entre entidades (VALERIANO AND MANESS 2015), com efeitos na segurança nacional e internacional.

Estes elementos alteram o funcionamento e interações globais, de forma que sua interpretação exige, igualmente, novas respostas que os levem em consideração. Por um lado, é possível aplicar algumas das propostas de Mary Kaldor e sua metodologia de estudo das Novas Guerras. Destaca-se o fato de ser necessário o entendimento de fenômenos recentes de forma inovadora e, nesse sentido, Kaldor contribui com a identificação da urgência de uma reconceitualização dos padrões de violência, guerra e lutas de poder (KALDOR, 2012). Nesse sentido, a tecnologia, como elemento diferenciador na medição de poder e influência, redefiniria a forma em que elas constituem "tanto estímulo como consequência, integradas às dinâmicas de (grande) competição e cooperação por poder", na revisão de diferentes perspectivas sobre políticas de cibersegurança de Cavelty e Wanger (2020).

No início dos debates relativos aos efeitos da ciber-segurança no poder, uma das abordagens estava liderada pelas "visões utópicas de sociedade cosmopolita, emancipada graças aos efeitos democratizantes das novas tecnologias", como indicam os autores, citando Barlow (1996) (CAVELTY & WANGER, 2020). Segundo esta interpretação, os recursos tecnológicos permitiriam uma melhor distribuição de capacidades, diminuindo o protagonismo dos Estados e redistribuindo as relações de poder. O texto de Barlow, que faz referência a um ciberespaço aberto para todos os indivíduos, de todas as origens e sem fronteiras, apresenta características de cosmopolitismo, rejeitando a inerência e exclusividade do Estado neste cenário. No entanto, como Cavelty e Wanger apontam, trata-se de uma visão utópica, considerando que, na medida em que a cibersegurança passa a fazer parte do *high politics*, com efeitos para as políticas de segurança nacional e internacional, o Estado ainda terá um papel predominante no espaço cibernético.

Assim, o cosmopolitismo de Kaldor perde relevância quando aplicado a uma conceição de mundo onde a tecnologia influencia as capacidades de poder. Atores não estatais certamente têm um papel fundamental em áreas como P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), controle e inovação, mas dificilmente terão total independência dos Estados, pois é por meio deles que essa tecnologia pode, de fato, se expandir. Voltando a citar Cavelty e Wanger o desenvolvimento tecnológico será feito, em primeiro lugar, pelo setor privado, mas por suas implicações, receberão cada vez maior interesse dos estados, que buscarão especialistas e cada vez mais avançadas ferramentas, gerando um estreito vínculo entre o público e o privado. E os autores complementam:

> Há espaço para desenvolvimento e testes de teorias, mas provavelmente entraremos em uma era de trabalho empírico [...]. Governos e sociedades deverão discutir quanto dos dados [produzidos] devem ser disponíveis publicamente e o que isto significa para a sua proteção e privacidade (CAVELTY & WANGER, 2020).

China, BRI e tecnologia a partir do Realismo

O Realismo não é uma teoria explicativa totalmente satisfatória para entender a China no contexto atual. Inclusive, dista muito de considerar variáveis que interferem na visão de mundo deste paradigma, como acontece quando é abordada a questão da tecnologia e seu uso na política nacional e internacional. Vale considerar, por exemplo, um novo tipo de política, conhecido como *Network Politics*, ou simplesmente Netpolitik. O conceito elaborado por Bollier, é considerado não apenas como a política da Internet ou seu uso por parte de organizações políticas, mas como uma junção entre *Realpolitik* e interdependência, como um

> novo estilo de diplomacia que busca explorar as poderosas capacidades da Internet para moldar política, cultura, valores e identidade pessoal. Mas à diferença da Realpolitik – que busca avançar nos interesses políticos de uma nação por meio de coerção amoral – o Netpolitik transita em questões mais 'brandas', como legitimidade moral, identidade cultural, valores sociais e percepção pública (BOLLIER, 2013).

Estes conceitos não passam despercebidos pela China, que reconhece a importância de aumentar suas capacidades tecnológicas e as projeta internacionalmente por meio do aumento do comércio eletrônico, participando ativamente da diplomacia e governança digital (no estabelecimento de standards internacionais para infraestrutura de telecomunicações) e a promoção da ciber-soberania em fóruns nas Nações Unidas, sem mencionar o papel do 5G.

O BRI é também impulsionador de desenvolvimento tecnológico nos países que participam da iniciativa, seja por meio dos investimentos e/ou das relações comerciais estabelecidas. A Rota da Seda Digital (DSR por sua sigla em inglês) possui um forte componente relacionado à inovação, sendo determinante no avanço de tecnologias como Inteligência Artificial, nanotecnologia, uso de big data, entre outros. Para isto, a China está incentivando a cooperação científica e acadêmica, fortalecendo o intercâmbio de conhecimento e o desenvolvimento das pesquisas. Estes comportamentos são vistos como ameaça por parte dos Estados Unidos, que alerta constantemente sobre os riscos à segurança internacional, tentando persuadir constantemente aos demais Estados de se absterem de ter relações muito próximas com a China nesse âmbito, como na construção das infraestruturas críticas e relativas à implementação do 5G, e chegando a proibir a presença de empresas chinesas, como a Huawei, no seu território.

2.4. É inevitável a guerra? Uma abordagem a partir do neoliberalismo e da teoria da interdependência

As teorias realistas das relações internacionais são explicativas para entender a ascensão chinesa em um potencial cenário de transição de poder, mas deixam de lado elementos que contribuem significativamente à interpretação do caso. A cooperação, interdependência, o papel das instituições e das relações econômicas, por meio do comércio e dos investimentos, são alguns elementos que complementam a interpretação do papel atual da China no mundo. Em contrapartida, as teorias liberais consideram a influência desses elementos no comportamento do Estado, além de reconhecer outros atores não estatais e prestam mais atenção no nível doméstico, não estando limitados aos constrangimentos da estrutura do sistema internacional, mas considerando também o papel da sociedade civil no estabelecimento das preferências e comportamentos na política internacional.

Para Waltz (2002) há limitações à cooperação entre os Estados, mas ele parte de uma interpretação a partir dos ganhos absolutos e, nesse sentido, sempre alguns ganhariam mais do que outros e cada Estado evitaria se tornar dependente dos demais, sob o constrangimento da estrutura do sistema. Assim, ele chega ao dilema do prisioneiro, dado que cada país estaria tomando conta de si mesmo, não do sistema, e desconheceria as intenções dos demais atores, seguindo a linha de Mearsheimer (2001).

A postura do realismo também está limitada aos efeitos e capacidades militares, deixando de lado outras características que permitem um nível de segurança e previsão de ordem, onde os ganhos não se limitam a um jogo de soma zero. Há abordagens que defendem que é possível mitigar os efeitos do dilema de segurança por meio de regimes internacionais, instituições e cooperação, por exemplo. É o caso da lógica transcendental kantiana, que argumenta que é possível evitar a insegurança sistémica, incluindo a que deriva deste dilema, se a sociedade humana reformar ou reinventar as estruturas e processos nos quais vive, globalmente (BOOTH & WHEELER, 2008). Nesse mesmo sentido, a noção de cosmopolitismo, onde a violação dos direitos em um lugar é sentida em todo o mundo, criaria um sentido de colaboração e entendimento dos ganhos mútuos, acima dos individuais.

No caso do neoinstitucionalismo, responde ao neorrealismo a partir da teoria da escolha racional, “para afirmar que o conflito e a hegemonia não são inevitáveis, e que a cooperação é possível mesmo por parte de atores puramente racionais e egoístas” (CAMPOS DE MELLO, 1997). Esta teoria considera a possibilidade de ganhos comuns e da relevância das instituições internacionais no equilíbrio das forças no sistema internacional.

Por outro lado, a interdependência considera que ao haver maior interação entre os atores, a cooperação torna-se mais necessária, respondendo aos princípios expostos pela estabilidade hegemônica, já que não seria indispensável o poder de uma potência para liderar os ganhos, pois eles estariam distribuídos por meio da cooperação. Como explica Keohane na sua obra titulada *After Hegemony* (1984), os institucionalistas interpretam os "arranjos internacionais de comércio e finanças internacionais como respostas à necessidade por coordenação política, criada pela existência da interdependência", que derivam nos regimes internacionais. O neoliberalismo institucional complementa esta visão, ao afirmar que não necessariamente haveria necessidade de alterar o status quo, evitando o conflito, pois a interdependência entre os Estados e a cooperação favorecem uma abordagem baseada mais em ganhos relativos, em vez de absolutos.

Esta visão prevalece na retórica do Presidente Xi, que enfatiza o caráter "win-win" do BRI, como ferramenta de desenvolvimento em toda a rota, com impactos positivos para todos os atores envolvidos. A China insiste no desenvolvimento levado àqueles que, de outra forma, não teriam como realizar os investimentos necessários para obter uma melhor conexão com seus vizinhos, ou inclusive para suprir suas necessidades em infraestrutura mais urgentes. Inclusive, a retórica chinesa inclui um forte componente de desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, e insiste nos efeitos positivos para todos os envolvidos.

Para a consecução desta ambiciosa iniciativa, é indispensável o respaldo de instituições financeiras com a capacidade de financiar os inúmeros projetos desenvolvidos. Um fundo chinês foi criado com esta finalidade, o Silk Road Fund, mas chama a atenção a criação de outras duas instituições, que merecem destaque por sua relação com o BRI: o Asian Infrastructure Investment Bank e o New Development Bank. O primeiro teve uma contribuição inicial de US$100 bilhões e foi criado com a finalidade, entre outras, de financiar os projetos de infraestrutura do BRI (THE STRAITS TIMES, 2017). Já o segundo, conhecido como o "Banco dos BRICS", que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, também foi criado com a finalidade de financiar infraestrutura e projetos de desenvolvimento sustentável.

Com a criação dessas instituições, independentes do sistema multilateral relacionado a Ocidente, a China minimiza suas perdas potenciais em campos que vão desde a segurança até o comércio, em uma ordem internacional liderada pelos Estados Unidos. Desta forma, os meios chineses para fortalecer seu papel internacional não se referem estritamente aos recursos militares, mas incluem instituições multilaterais e estratégias de equilíbrio institucional para desafiar a ordem internacional, favorecendo, sob esta ótica, um cenário pacífico de transição de poder (FENG e HE, 2017).

A chave é identificar se a cooperação continua no momento de transição ou *cross-over period*, como é chamado este momento, ou se, pelo contrário, leva a um novo cenário menos favorável. Igualmente, a criação de instituições financeiras que contrabalançam as tradicionais instituições de Bretton Woods pode pôr em questão o papel que a China está disposta a assumir na arena internacional e seu caráter revisionista ou de manutenção do status quo.

Tendo como base estas considerações teóricas, é possível avaliar o crescimento da China e sua expansão por meio do BRI. As implicações que possa ter, levando a cenários de guerra ou prevalência da cooperação, estão diretamente relacionadas à predominância tecnológica das potências no cenário internacional. Alguns efeitos já foram evidentes, como a guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos e as restrições impostas às áreas da tecnologia. A rivalidade entre os dois países se depara com este novo desafio, que é fortalecido pela vertente digital do BRI, a Rota da Seda Digital.

3. TODOS OS CAMINHOS LEVAM À TECNOLOGIA: BRI E O DIGITAL SILK ROAD (DSR)

Technology is the engine that powers superpowers
Eric Schmidt

As formas em que o mundo está conectado têm mudado significativamente ao longo da história, mas com os avanços tecnológicos das últimas décadas, o salto para uma sociedade digital, regida por algoritmos e dados, está mais próxima de uma visão futurista que poucas décadas atrás pareciam possíveis só em obras de ficção científica. Se há alguns séculos as rotas da seda eram movimentadas por caravanas de mercadores, que com seus assentamentos formaram as bases de cidades que se tornaram grandes capitais e facilitaram as trocas culturais e de idiomas, hoje em dia esses movimentos acontecem em cidades inteligentes, com conexões de alta velocidade. Assim, como diz Peter Frankopan (2020), "o passado do mundo foi formado pelo que aconteceu ao longo das Rotas da Seda; o mesmo é válido para o futuro".

Por outro lado, se o futuro será definido pela tecnologia, a China conta com as características necessárias para se destacar neste âmbito, seguindo o exposto por Kai-Fu Lee, acadêmico da Inteligência Artificial (IA):

> A criação de uma superpotência tecnológica [em IA] no século XXI exige quatro blocos de construção principais: dados abundantes, empreendedores tenazes, cientistas de IA bem treinados e um ambiente político favorável (LEE, 2019).

Considerando sua evolução econômica, que passou de ter níveis elevados de pobreza, com alta dependência do setor agrícola, para depois obter sucesso em sua estrutura de produção, "associando a gestão da capacidade de realizar investimentos (via participação efetiva na geração e no movimento de capitais) e de alterar sua posição no fluxo do comércio internacional" (Alexandre Cesar Cunha Leite, em VADELL, 2018), é razoável afirmar que o seguinte passo indispensável para seu crescimento esteja inspirado na conectividade. Ademais, não se trata mais de replicar criações feitas no exterior, mas de ser os inventores, os geradores de conhecimento. Como complementa Cunha Leite:

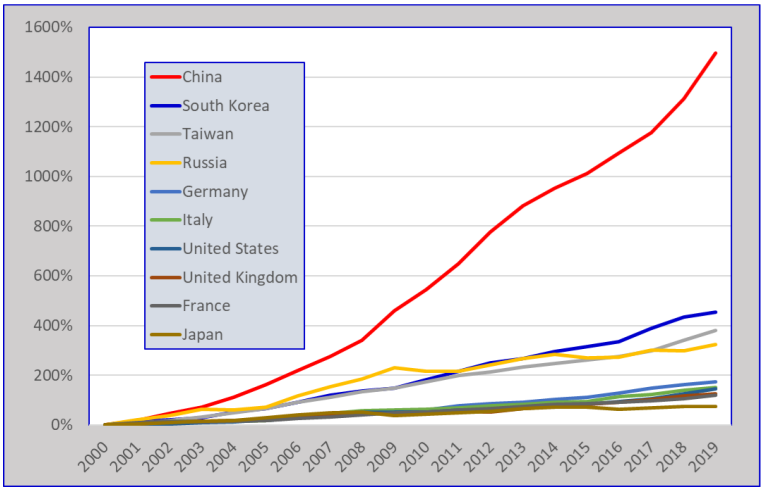
> É o momento em que o estoque de capital acumulado associado à presença do Estado-promotor resulta em incentivos para o desenvolvimento dos setores produtivos como um todo integrado (2018).

Aqui, o autor faz referência aos setores agrícola e industrial, símbolos das fases do desenvolvimento contemporâneo chinês, mas a mesma afirmação pode ser estendida ao que virá no campo tecnológico.

Basta considerar que em 2019 a China já era o segundo país com maior investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), com US$525,7 bilhões, superado apenas pelos Estados Unidos, com US$657,5 bilhões, apresentando um crescimento de mais de 1400% desde o ano 2000. Com isso, a China passou de 4,9% a 23,9% da P&D Global, enquanto, no mesmo período, os Estados Unidos passaram de 39,8% a 29,9% da sua parcela global (CRS, 2021). Como diz Hillman:

> A China tem crescido rapidamente, eliminando brechas nas redes wireless, dispositivos conectados a internet, cabos submarinos e sistemas de navegação global por satélite. Suas ambições só crescem, [...] e têm o objetivo de dominar as conexões físicas que levam dados do fundo do oceano até o espaço, e tudo o que tem no meio (HILLMAN, 2021).

Gráfico 3: Porcentagem global de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento



Fonte: CRS Analysis of Organisation for Economic Development and Cooperation, Base de dados da OECD. Stat database. Disponível em: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=MSTI_PUB.

A tecnologia define a forma em que vivemos e transforma nosso entendimento sobre o cotidiano a cada descoberta. Nesse mesmo sentido, se é possível considerar que IA, *machine learning* e o Big Data, entre outros, geram transformações nas nossas formas de pensar e viver, merece destaque a fonte das matérias primas que permitem que essas tecnologias existam, das quais elas surgem. Elementos conhecidos como "terras raras", dentre os quais estão o ítrio, disprósio e térbio, além de elementos como o silício, têm um papel importante na microeletrônica e na produção de semicondutores, dos quais a Rússia e China representam três quartos da produção mundial (FRANKOPAN, 2020). Estes materiais são indispensáveis para

o funcionamento da maioria dos sistemas eletrônicos que conhecemos hoje, dos celulares aos carros elétricos e computadores. O mundo atual digitalizado depende desses recursos e, portanto, as fontes desses materiais, seu desenvolvimento e sua forma de exploração tornam-se uma possível arma política para aqueles que possuem o controle do seu suprimento global.

Como foi visto no capítulo precedente, os atributos de poder contribuem na definição dos atores que se destacam internacionalmente, particularmente quando é o caso de uma maior influência e no estabelecimento da agenda mundial. Embora a tecnologia sempre tenha existido, entendida como uma aplicação prática do conhecimento científico, o último século tem sido o palco de uma evolução sem precedentes em um novo patamar tecnológico, agora digitalizado, levado a algoritmos. Traçando uma analogia com um conceito básico do capitalismo, onde os detentores dos meios de produção são os detentores do capital, e partindo do pressuposto de que a tecnologia é cada vez mais relevante na definição do poder, aqueles que possuem os meios e *know how* necessário para novos desenvolvimentos tecnológicos são os detentores de maior fonte de poder.

Atualmente, desde a vida cotidiana até o controle de armas nucleares está vinculado a recursos digitalizados, que estão conectados por meio de redes sempre mais rápidas e eficientes. Para isso, é necessário contar com os meios de conhecimento, materiais e infraestrutura que permitem o bom funcionamento dessas conexões. Com respeito à infraestrutura, é indispensável para os avanços das cidades inteligentes (*smart cities)* o uso da inteligência artificial, Internet of Things (IoT) e 5G, entre outros. Como mencionado por Jeffrey Ding no prefácio da tradução do *White Paper* da Tencent de 2020, "orientado pelos ventos favoráveis da "nova infraestrutura", a tecnologia da inteligência artificial gradualmente será transformada em um serviço de instalação fundamental, como a Internet e eletricidade (TENCENT RESEARCH INSTITUTE, 2020). Ou seja, trata-se de recursos que compõem os Estados desde suas raízes mais profundas: os lares, os escritórios, o comércio, o setor financeiro e praticamente tudo que permeia o desempenho da vida atual.

Para desenvolver adequadamente estes assuntos, este capítulo estará estruturado em três partes. Em primeiro lugar, é necessário abordar algumas definições básicas que permitem entender melhor o contexto tecnológico atual e a importância da governança do Big Data, assim como de elementos que estão fortemente vinculados ao dia a dia dos indivíduos, mas que são processados por corporações e governos. Depois, será feita uma revisão de literatura sobre o Digital Silk Road, para identificar suas principais características e implicações, em um mundo cada vez mais dependente da tecnologia. Por último, a conclusão favorece uma reflexão sobre o futuro da conectividade e a urgência por uma governança digital global, em um mundo onde

as lutas pelo poder não estão mais limitadas ao campo de batalha, mas ao espaço cibernético. O acesso à tecnologia, suas matérias primas e usos, serão os elementos definidores das potências hegemônicas atuais e aquelas por vir e, para isso, a China conta com o Digital Silk Road como elemento fundamental para seu avanço mundial. Portanto, conhecer as políticas e ações que estão sendo implementadas nesta fase da Nova Rota da Seda é imprescindível para ter uma visão do que o mundo pode esperar nos anos à frente, e nos diversos aspectos em que a tecnologia, seja liderada pela China, os Estados Unidos, ou qualquer outro Estado, pode afetar a vida de todos os indivíduos do planeta.

3.1. A tecnologia como chave do futuro.

"*Technology is the engine that powers superpowers*", (a tecnologia é o motor que da potência às superpotências) escreveu Eric Schmidt no prefácio do relatório de Jon Bateman sobre a relação no campo da tecnologia entre a China e os Estados Unidos (BATEMAN, 2022).

A tecnologia está vinculada à segurança nacional e interesses econômicos dos Estados. Ela cria fontes de recursos econômicos, com bens intangíveis atrelados a serviços, propriedade intelectual e outras áreas, como a segurança cibernética, usos em biomedicina e na área militar, por citar apenas alguns. Esses recursos são provenientes dos dados, coletados continuamente, por meio de sistemas cada vez mais integrados e relacionados à rotina diária dos indivíduos. Esta "transformação da ação social em dados quantificados que permitem o seguimento em tempo real e análise preditivo" é conhecido como dataficação (*datafication* no seu original em inglês), que permite "entender e monitorar o comportamento das pessoas" (VAN DIJCK, 2014). Assim, os indivíduos produzem (meta)dados que fazem parte do Big Data, por meio do qual é possível descobrir padrões e tendências, com aplicações nas mais diversas áreas. Em parte, isto é possível graças à confiança depositada pelos usuários nos agentes que acessam essas informações. Com frequência, governantes e líderes corporativos afirmam que não usam inadequadamente os dados, como Barack Obama fez em sua administração, quando disse, fazendo referência ao PRISM[6], que este não coletava conteúdo, só metadados, mas que cidadãos não poderiam esperar cem por cento de segurança e cem por cento de privacidade sem nenhum inconveniente (VAN DIJCK, 2014). Afinal, os metadados acabam sendo uma espécie de

[6] O PRISM é o sistema de vigilância usado pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos, para coletar dados eletrônicos de usuários nacionais e internacionais, de diversas plataformas online (Everything you need to know about PRISM. Disponível em: https://www.theverge.com/2013/7/17/4517480/nsa-spying-prism-surveillance-cheat-sheet)

"moeda de pagamento" pelo uso dos serviços de comunicação, inclusive com aceitação dos termos e condições impostos, em prol de uma maior conveniência para a maioria da população. Esta situação é conhecida como o "paradoxo da privacidade", que faz referência à "discrepância entre a preocupação que os indivíduos expressam por sua privacidade e o aparente baixo valor que de fato designam a ela, quando facilmente trocam informação pessoal por bens de baixo valor on-line" (HULL, 2015).

Neste contexto, devem ser considerados os seis elementos que apresentam conflito com a tecnologia, identificados por Royakkers, et al. (2018): privacidade, autonomia, segurança, dignidade humana, justiça e balança de poder. Igualmente, identificam seis tecnologias dominantes: a Internet das Coisas ou *Internet-of-Things* (IoT), robótica, biométrica, tecnologia persuasiva, realidade virtual e aumentada, e plataformas digitais. A Internet das Coisas integra o mundo físico com o virtual, onde objetos e pessoas podem trocar informação automaticamente, como acontece com a automação dos lares e cidades, de forma similar ao que acontece com a robótica, com a diferença de que esta tem a capacidade de aprender e replicar comportamentos. A biométrica é mais usada para identificação, como no reconhecimento facial. Já a tecnologia persuasiva busca mudar o comportamento dos indivíduos, como acontece quando é produzido uma alerta, advertindo para um motorista usar o cinto de segurança. A realidade virtual e aumentada está relacionada ao uso de redes sociais, compras online e outras experiências que aproximam a interação entre o mundo real e o virtual. Por último, as plataformas digitais permitem transações totalmente digitais, como acontece com Uber, Airbnb e a tecnologia blockchain, entre outros (ROYAKKERS, et al., 2018).

Estas tecnologias fazem parte do dia a dia da cidadania, que acaba expondo praticamente todos os aspectos de sua vida à digitalização, onde seus passos tornam-se macrodados que alimentam o Big Data e, assim, ficam sujeitos a uma vigilância cada vez mais extrema. Isto acontece porque, à diferença do defendido pelas corporações e líderes políticos, as tecnologias fazem um monitoramento que invariavelmente invade a privacidade das pessoas. Estamos sujeitos a um mundo dataficado, dominado pelo Big Data. Como diz Alencastro:

> Hoje é quase impossível agir independentemente da tecnologia", implicando na "ideia de prioridade das intenções [fins à procura de meios adequados]", considerando que a escolha dos fins é determinada pelas tecnologias disponíveis. Ou seja, "a técnica moderna propõe finalidades inéditas, que não seria possível imaginar antes do seu aparecimento (ALENCASTRO, 2009).

Uma parcela importante da população dificilmente poderia definir o que é IA, robótica, cloud computing, machine learning, blockchain, deep learning, infraestruturas críticas e tantos

outros conceitos que incidem na realidade atual, permeiam nossas vidas e ainda assim continuam sendo distantes, desconhecidas. Adicionalmente, o desenvolvimento tecnológico será feito, em primeiro lugar, pelo setor privado, mas por suas implicações receberão cada vez maior interesse dos Estados, que buscarão especialistas e cada vez mais avançadas ferramentas, gerando um estreito vínculo entre o público e o privado (CAVELTY & WANGER, 2020).

Nos estudos internacionais, a tecnologia exige abordagens novas, devido às suas características particulares. Já Eriksson e Giacomello (2006) identificaram as dificuldades em aplicar as teorias de RI nas análises do mundo digital. Esse desafio, no entanto, evidencia a relevância dos estudos sobre o tema. Como indicam Cavelty e Wanger (2020), há cada vez mais estudos que relacionam a segurança internacional com diferentes áreas da tecnologia, considerando suas implicações para governos e governança, avaliando a relação entre possibilidades tecnológicas e escolhas políticas dos atores do estado, junto com fatores científicos. Desta forma, o conhecimento científico é indispensável para entender as políticas da tecnologia e como estão relacionadas a mudanças na sociedade, economia e estado.

A expertise tecnológica é com frequência vista com desconfiança, pois contando com os recursos tecnológicos, os estados passam a ter maior capacidade de controle sobre seus cidadãos, como é o caso do reconhecimento facial. As novas tecnologias, como a inteligência artificial, a robótica e o ciberespaço ganham cada vez mais relevância para o dia a dia da sociedade, tornando-se um elemento essencial para a segurança, tanto ofensiva como defensiva (CAVELTY & WANGER, 2020). Afinal, a tecnologia só pode ser usada por meio das infraestruturas críticas[7], indispensáveis para o funcionamento da sociedade em geral e, portanto, dependem do Estado para viabilizar esses recursos. Consequentemente, melhores capacidades tecnológicas geram melhores condições para o Estado, o qual pode levar à competição pela dominação desta área, tendo em conta um ressurgimento do dilema de segurança, em vista do desconhecimento das intenções e uso destes recursos, por parte de outros Estados. Inclusive, as principais potências bélicas, como Estados Unidos, China e Rússia, já consideram o ciberespaço como parte do domínio da guerra, sendo que em 2011 o Pentágono oficialmente adicionou o ciberespaço como o quinto domínio, junto com terra, mar, ar e espaço (CAVELTY & WANGER, 2020). Assim, como os autores apontam, a tecnologia abriu novas possibilidades

[7] Infraestruturas críticas são, de acordo com o Decreto Nº 9.573, de 22 de novembro de 2018 "instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provoque sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade".

no campo da segurança, na medida em que poderia contribuir a “ganhar guerras”, mas ao mesmo tempo expôs a vulnerabilidade que implica depender dos sistemas digitais.

Assim, a tecnologia abriu novas possibilidades no campo da segurança, na medida em que poderia contribuir a “ganhar guerras”, mas ao mesmo tempo expôs a vulnerabilidade que implica depender dos sistemas digitais. Para afirmar isto, Cavelty & Wanger citam a Rattray (2001), mas na atualidade é possível ir além, para uma dependência mais específica: a dos componentes e matérias primas indispensáveis não só para a produção de computadores, mas de todas as ferramentas tecnológicas.

Nessa ordem de ideias, a predominância tecnológica torna-se uma fonte de poder inestimável e, portanto, sobe na escala de prioridades dos Estados, principalmente das potências mundiais. A China, em seu processo de crescimento e ascensão, tem demonstrado nos últimos anos seu empenho em se destacar nesta área, por meio de suas políticas públicas, seu setor privado e, claro, por meio de sua Nova Rota da Seda.

3.2. Como o BRI ficou digital: o caso do Digital Silk Road (DSR)

Na medida em que o BRI tem entre seus objetivos criar uma rede global conectando a China com o mundo, não poderia faltar uma vertente digital. Assim, as fronteiras do Cinturão e da Rota chegaram em “áreas como a quinta geração (5G), redes móveis, Internet das Coisas (IoT, por sua sigla em inglês), Inteligência Artificial (IA), big data, centros de dados e *cloud computing* na era econômica digital” (HE, 2022) por meio de sua Rota da Seda Digital, ou *Digital Silk Road* (DSR), que busca aumentar a conectividade e influência chinesa, além de alavancar o país asiático como superpotência tecnológica.

O DSR, teve início em 2015 como uma área de cooperação com a União Europeia, no âmbito do Fórum de Cooperação Digital China-UE. Em 2017, a China declarou oficialmente que o DSR seria uma nova iniciativa dentro do BRI, tendo em vista não apenas o fornecimento de serviços de comunicação, mas também de compartilhamento de informação. De acordo com Liang and Zhang (2019), o componente digital do BRI é um “requerimento inerente para construir um ‘poder digital’ e é a oportunidade para o desenvolvimento digital de países ao longo da rota”. Este objetivo é coerente com a estratégia nacional de tornar a China uma grande potência no ciberespaço, com “maior competitividade das tecnologias da informação e comunicação, produtos e serviços de internet, destacando a dimensão digital do BRI como a Rota da Seda Online” (CHOW-BING, 2021).

Os componentes do DSR são tão abrangentes quanto os do BRI e incluem projetos nas mais diversas áreas e, assim como o BRI, não possui critérios formais para definir o que é considerado como parte do DSR ou não. Inclusive, há casos nos quais o DSR é usado para fazer referência a todo tipo de cooperação na esfera digital (KASSENOVA & DUPREY, 2021). Eles também têm em comum o fato de tratar de uma área de interesse para países que precisam desenvolver suas infraestruturas digitais, mas não possuem os recursos para consegui-las. Igualmente, é possível encontrar um eco do discurso do BRI sobre cooperação e oportunidades, manifestados, por exemplo, na criação de centros de pesquisa e desenvolvimento para economias emergentes, principalmente na Ásia e África, como aconteceu com a iniciativa "*Digital Earth Under the Information Silk Road*" e com o caso da Huawei Marine, comprada em 2020 pelo Hengtong Group, que junto com o governo do Paquistão começaram em 2017 a construção do *Pakistan East Africa Cable Express,* conectando este país ao Quênia e Djibouti. Por meio destas conexões, países com recursos escassos têm acesso a maior conectividade, melhorando suas capacidades e acesso a informação e mercados.

Embora não haja um escopo específico para delimitar o DSR, Chow-Bing (2021) identificou cinco aspectos relacionados a áreas de conectividade e sua relevância para o DSR, a saber: 1) coordenação de políticas: com diálogos e fóruns sobre cooperação digital, Memorandos de Entendimento, diplomacia digital, governança e normas da Internet; 2) estruturas de conectividade: com cabos de fibra ótica, infraestrutura de telecomunicações 5G, o sistema de navegação por satélite Beidou, cidades inteligentes, centro de dados e tecnologias avançadas (dentre as quais estão o big data, cloud computing, reconhecimento facial); 3) promoção do comércio: com plataformas de e-commerce e logística de suporte para o comércio digital; 4) integração financeira: por meio de sistemas de pagamento *cashless* e tecnologia de serviços financeiros e, por último; 5) trocas de pessoa-a-pessoa (*people-to-people exchanges*): possível por meio de treinamento e troca de conhecimento e talento digital, diálogos e fóruns de cooperação digital entre *think tanks*, líderes de negócios e organizações não governamentais e telemedicina (CHOW-BING, 2021).

Uma característica que se destaca no DSR, se comparada ao BRI, é que ela apresenta de forma mais evidente a participação do setor privado, embora com grande proximidade do setor público e, embora se expanda internacionalmente, tem um foco nacional destacado. Estas são características que compartilha com o BRI, mas levadas a novos patamares, onde a discussão não é mais sobre projetos de infraestrutura que impactam uma cidade ou região, com financiamento de um determinado banco ou com execução de uma empresa privada de origem chinês, geralmente pouco conhecida ou escassamente mencionada em Ocidente. Quando se

trata da vertente digital, as empresas de tecnologia chinesa são citadas em jornais e meios de comunicação que as tornam mais familiares. Por se tratar de uma oferta de serviços em muitos casos direcionada aos indivíduos, elas são reconhecidas por meio de sua própria publicidade e produtos, como acontece com a Huawei, por exemplo.

Por outro lado, considerando a influência da esfera digital no funcionamento de tudo que controla o cotidiano, desde o indivíduo até o Estado, se o BRI já levantava receios pela presença chinesa no mundo, o DSR aciona alarmes ainda mais insistentes. Por isso, em muitos casos a desconfiança é direcionada aos atores que fazem possível seus projetos. Afinal, a China é um dos maiores fornecedores de tecnologia da comunicação, por meio de suas gigantes empresas de tecnologia, como a Huawei, que tem operações em mais de 170 países. Quanto ao sistema de navegação, a Beidou fornece uma cobertura maior do que o GPS dos Estados Unidos em mais de 165 das capitais mundiais (HILLMAN, 2021). Com relação aos sistemas de vigilância, a Hikvision e Dahua, juntas contam por quase 40% das câmeras de segurança do mundo e, de acordo com o projeto Reconnecting Asia, do Center for Strategic and International Studies, "só a China tem companhias que são competitivas em todos os passos do processo de vigilância, desde a manufatura das câmeras ao treinamento de IA e a implementação de *analytics*". Também, o Grupo Hengtong fornece 15% das fibras óticas do mundo e é um dos quatro principais fornecedores mundiais de cabos submarinos, pelos quais passa 95% dos dados internacionais. Estrategicamente, estes cabos estão localizados fora de territórios dos Estados Unidos e seus aliados, o qual poderia ser favorável em caso de conflito.

Figura 4: Mapa dos cabos submarinos instalados pela China

Fonte: Reconnecting Asia, Center for Strategic and International Studies.
Disponível em: https://reconasia.csis.org/mapping-chinas-digital-silk-road/

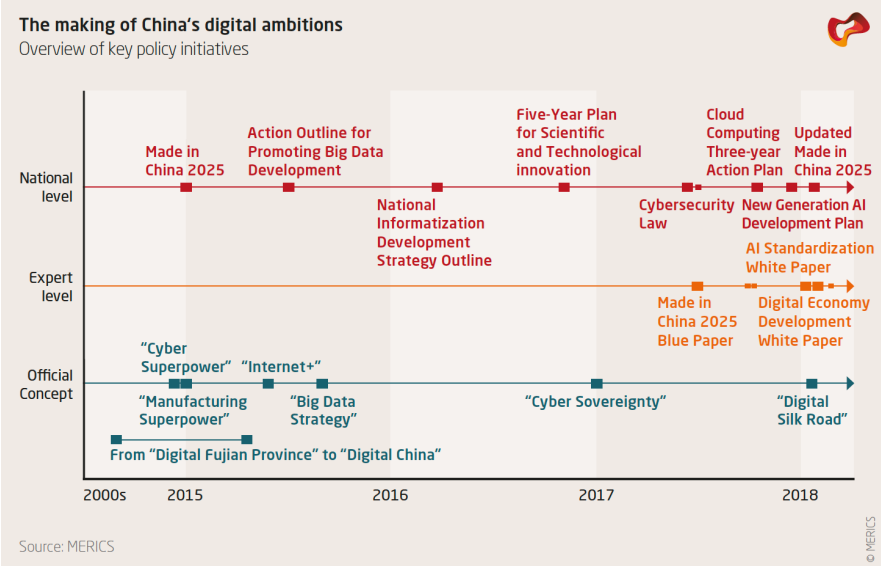
Na área das telecomunicações, na China destacam-se três empresas: China Telecom, China Unicom, e China Mobile, todas as quais estão se expandindo para os mercados emergentes da Ásia, África e América Latina. Em conjunto, estas três empresas estatais controlam 98,5% da banda larga internacional, de forma que qualquer um que quiser conectar com a rede chinesa deve chegar em um acordo com eles. Adicionalmente, as três respondem perante o Concelho de Estado da China, que determina a última palavra sobre suas operações (HILLMAN, 2021).

Por outro lado, os objetivos chineses na sua vertente digital não são apenas para o exterior: um objetivo relevante para o governo chinês é diminuir sua dependência da tecnologia estrangeira, fortalecendo e focando em sua produção e mercado interno, seguindo o modelo de circulação dupla, citado no capítulo 1. De acordo com Hillman (2021), isso inclui os investimentos que Xi Jinping anunciou como estratégia para desenvolver nova infraestrutura no seu país até 2025, com sistemas 5G, cidades inteligentes e cloud computing, entre outros, com um investimento previsto de US$1.4 trilhões.

Tendo uma sólida base tecnológica em casa, sua abrangência global torna-se mais forte, de forma que a China, por meio do DSR, tem realizado projetos de conectividade e de elaboração de standards internacionais, sendo líder mundial da estandardização da tecnologia blockchain, 5G e Internet das Coisas (IoT, por sua sigla em inglês) (SHI-KUPFER & OHLBERG, 2019). Com isso, a China consolida seu papel de inovação e definição de tecnologias, afastando-se cada vez mais da era em que dependia exclusivamente de conhecimento proveniente do exterior, fosse por intercâmbios consensuados ou por cópia de modelos estrangeiros.

Fortalecendo seu projeto de desenvolvimento tecnológico nacional e internacionalmente, a China está no caminho para se tornar a líder em inovação digital, sendo que, segundo Shi-Kupfer & Ohlberg, do Mercator Institute for China Studies, já supera os Estados Unidos em investimentos em P&D na área da quântica, e em "IA registrou 30.000 patentes apenas no ano 2018, 2.5 vezes mais do que os Estados Unidos (SHI-KUPFER & OHLBERG, 2019). Igualmente, os autores complementam, a China tem avançado significativamente no uso de IA para reconhecimento facial, tecnologias de blockchain e computação quântica, crescendo em diversos setores, como logística, e-commerce, fintech, condução autônoma e saúde digital. Para isso, Beijing tem investido em diversos projetos que estabelecem objetivos nacionais a médio e longo prazo, como o Made in China 2025, planos de ação estratégica, planos de desenvolvimento, *white papers* e normas, entre outros.

Figura 5. Principais Políticas da China no setor da tecnologia desde o ano 2000



Fonte: SHI-KUPFER & OHLBERG. China's Digital Rise. Challenges for Europe. MERICS, 2019.

O crescimento da China no âmbito da tecnologia levanta questões sobre liberdade e balanço de poder. Em suma, a China e os Estados Unidos entrariam em um enfrentamento pelas redes mundiais. Como indica Hillman (2021), a "construção de redes abre as possibilidades para acumular e exercer poder". Estas redes estão presentes em diversos níveis, como nos casos citados anteriormente, em uma dimensão digital considerável, como acontece com os cabos de fibra ótica ou com a implementação do 5G. "A China está juntando a infraestrutura digital com a infraestrutura tradicional, e o mundo está precisando desesperadamente de ambos", completa o autor.

3.3. Novas rotas, novos desafios

O surgimento e expansão do DSR pode contribuir para o avanço tecnológico da China e de outros países em desenvolvimento, mas suscita receios quanto à sua influência, tanto de soft como de hard power, devido ao controle que implica a infraestrutura necessária para a tecnologia da informação e comunicação. Afinal, ela está relacionada ao uso mundial dos dados e dela dependem os serviços em infraestrutura crítica.

Por isso, Estados Unidos em 2018, durante o governo Trump, bloqueou a venda de equipamentos à ZTE, uma das maiores empresas de telecomunicações da China. Movimentos como este diminuíram as trocas comerciais com a China, mas também foram mais um incentivo para a busca de autossuficiência tecnológica. Com o programa Made in China 2025, o país

destinou $300 bilhões de dólares a indústrias em busca da autonomia em setores de componentes aéreos, chips de computador, área da saúde, entre outros. Igualmente, na medida em que a China virou o maior mercado de semicondutores, lançou a *China Integrated Circuit Industry Investment Fund Company*, de 20 bilhões de dólares, para fabricar os chips de 14-nanómetros, tradicionalmente feitos por empresas como Intel e Samsung (KHANNA, 2019). Simultaneamente, com o reconhecimento da necessidade de fortalecer sua própria produção, em 2020 o Congresso dos Estados Unidos aprovou a lei "CHIPS for America Act", que estabelece os investimentos e incentivos para apoiar a manufatura de semicondutores, pesquisa e desenvolvimento e segurança da cadeia de suprimentos (U.S. CONGRESS, 2020).

Bateman (2022) aborda os desafios do governo americano que, assim como é manifestado pelas decisões do Congresso e grupos de pesquisa como o *China Strategy Group* ou o *Special Competitive Studies Project* além de *think tanks* e centros acadêmicos, exige a implementação de políticas com um olhar para o futuro, ambiciosas em seus objetivos e escopo.

Um dos mecanismos que Estados Unidos encontrou para tentar conter os avanços chineses foi a guerra comercial, onde as medidas protecionistas estão relacionadas à intenção de frear a transferência de inovação tecnológica. Nesse contexto, conivente com o crescente movimento anti-globalista, o conceito de tecno-nacionalismo tem ganhado mais relevância. Este relaciona a "inovação tecnológica à segurança nacional, prosperidade econômica e estabilidade social da nação" (HINRICH FOUNDATION, 2020) e está evidenciado, no caso chinês, em projetos como os já mencionados Made in China 2025, China Standards 2035 e o DSR, pois inserem a tecnologia como elemento prioritário em suas políticas públicas. Estados Unidos, por seu lado, reconhece a importância de investir em pesquisa, particularmente em semicondutores, telecomunicações, computação quântica e IA, segundo evidenciado pelo "China Task Force Report", de setembro de 2020. Assim, por um lado o governo americano tenta limitar os avanços chineses em tecnologia por meio de barreiras comerciais e, pelo outro, busca se fortalecer nesse mesmo âmbito.

Este cenário expõe o caso de uma ação forçando uma reação, que o modelo espiral explica como uma carreira armamentista, causando aumento de tensão e movimentos na balança de poder. Como definem Craig e Valeriano (2016), atualmente o ciberespaço é cada vez mais usado para novas organizações militares, criação de doutrinas cyber-militares e códigos que podem ser usados como armas, levando também a percepções de ameaça e competição entre os Estados, em um claro reconhecimento da relevância e fragilidade que este novo cenário representa.

O mundo interconectado, com cada vez maior dependência em suas infraestruturas críticas, pesquisa e desenvolvimento, e recursos digitais interconectados mudaram a forma em que os atores internacionais se relacionam e na mesma medida em que se transforma em um novo atributo de poder, expõe a vulnerabilidade do sistema. Um Estado que não tenha suficiente desenvolvimento tecnológico ficará, muito provavelmente, à mercê daquele que tenha tecnologia mais avançada, com importantes efeitos na sua dependência. Se o funcionamento do Estado depende de infraestruturas críticas, e elas são implementadas por outro Estado, detentor da tecnologia e do controle do seu funcionamento, ou se os recursos para esse desenvolvimento estão limitados ao acesso que seus produtores possuam, é inegável que implica em novas dinâmicas nas relações internacionais que merecem ser aprofundadas.

Por outro lado, acontecimentos globais, como a pandemia da COVID-19, evidenciam a necessidade de conectividade, favorecendo maiores avanços tecnológicos. Neste contexto, enquanto governos e sociedades lutavam contra a doença, um fenômeno pareceu ser evidente em vários setores: as engrenagens que antes de 2020 já estavam se movimentando, com o surgimento da pandemia foram acelerados. As tendências que já existiam, com o estado de calamidade pública só se fortaleceram. Isto foi o que aconteceu, entre outras áreas, com o desenvolvimento tecnológico em geral, e mais especificamente em setores como o da Inteligência Artificial (IA). Esta, usada para o controle da população em nome da saúde coletiva, aumentou o rastreamento de localização, aperfeiçoou o reconhecimento facial e foi uma fonte de dados pessoais sem precedentes.

Prever o que acontecerá com o desenvolvimento tecnológico, suas tendências e implicações é, segundo mencionado no relatório Global Trends 2040, difícil de discernir, “e as conexões entre a tecnologia e suas potenciais repercussões podem ser indiretas e complexas”. Uma nova era de predominância tecnológica leva a novos patamares de competição entre os diversos atores internacionais, seja por inovação, o estabelecimento de standards que favorecem determinadas tecnologias ou pelos elementos que permitem seu funcionamento, criando formas de dependência sem precedentes. A competição pelo domínio tecnológico tem implicações geopolíticas relevantes que, ademais, exigem uma visão e liderança de longo prazo e, segundo o mesmo relatório, aqueles que destinam seus recursos ao desenvolvimento tecnológico hoje, devem ser os líderes mundiais em 2040. A IA depende de enormes quantidades de dados para operar adequadamente, de forma que aqueles que detêm os meios de adquirir, classificar, armazenar e monetizar dados terão vantagens, de acordo com o mesmo relatório. Os objetivos vão além dos ganhos econômicos, pois os usos militares também são amplos e podem ter implicações significativas.

"O ativo de capital dos séculos dezenove e vinte era a produção industrial facilitada por redes (networks). O ativo de capital do século vinte e um é a informação criada por redes", segundo menciona Tom Wheeler no seu livro, From Gutenberg to Google (WHEELER, 2019). Quem possuir os dados e os meios para obter e controlá-los, poderá, como indica Hillman (2021) fazendo referência à China, redefinir os fluxos globais de dados, finanças e comunicações para refletir seus interesses, com entendimento profundo dos mercados e competidores estrangeiros. Nesse contexto, para a China o uso das tecnologias é visto como um mecanismo de governança e controle, com foco em dois aspectos: a proteção da infraestrutura crítica e os dados de acessos estrangeiros, e; o estabelecimento de mecanismos de controle de big-data, para monitorar empresas e cidadãos (SHI-KUPFER & OHLBERG, 2019).

As medidas que outros países podem implementar para equilibrar a balança de poder devem ser consideradas com cautela, pois com medidas como a proibição da venda de componentes, novas exigências tarifárias ou barreiras comerciais podem em um primeiro momento dificultar o acesso da China a determinadas tecnologias, mas eventualmente pode ser mais uma motivação para sua autonomia nessa área e, assim, diminui também a interdependência das partes. Isolar a China contribui para seu fortalecimento, em vez de enfraquecê-la e, ao mesmo tempo, favorece sua aproximação com países como a Rússia. Portanto, uma estratégia eficiente para os Estados Unidos implica na ponderação das suas medidas, pois limitações extremas podem gerar resultados indesejados.

Entender o tipo de infraestruturas digitais que estão sendo criadas e o tipo de dependências que elas criam é imperativo nos tempos atuais. A digitalização pode afetar a cooperação e a tomada de decisões, de forma que, ao entender as complexas interações entre a digitalização de estratégias geopolíticas regionais como o BRI, sua relação com as políticas nacionais e, portanto, os efeitos na sociedade (KASSENOVA & DUPREY, 2021) é imprescindível. Nesse âmbito, novas formas de governança que atendam aos desafios de uma nova era digital, exigem refletir sobre as regulações que devem ser implementadas e suas implicações para o mundo.

CONCLUSÃO

Os esforços para definir o BRI têm acontecido a partir de diferentes abordagens e áreas, mas, a partir da pesquisa aqui apresentada, é possível concluir que, embora exista uma crescente literatura sobre este assunto, ainda prevalecem as incertezas. Talvez isso seja devido à falta de definição por parte da China, certamente a única com a potestade de dar a última palavra e fornecer clareza sobre o que significa sua colossal iniciativa. Mas defini-la implica delimitá-la e isso pode não ser do seu interesse. Ao manter o BRI na ambiguidade, a China consegue relacionar à iniciativa toda uma diversidade de projetos e investimentos, estabelece relações comerciais, diplomáticas e de negócios com países e empresas, faz aquisições e negocia acordos. Pode reconhecer ou rejeitar diversos tipos de projetos, assim como aqueles que dizem fazer parte das Rotas; não limita seu acesso e, portanto, facilita sua disseminação. Ou seja, o BRI torna-se um meio de captar e atrair novos interesses, que podem ser assumidos dentro da abrangência que lhe for conveniente.

Esta ferramenta, junto com a base econômica que conseguiu fortalecer nas últimas décadas, faz com que a projeção internacional da China chame a atenção, por ser um caso emblemático de transformação de uma economia fraca, com altos índices de pobreza, para uma com crescimento considerável e melhoramento da qualidade de vida dos seus cidadãos em um relativo curto espaço de tempo. Como diz Hillman, (2020) "a China passou de não ter ferrovias de alta velocidade a ter mais do que o resto do mundo combinado em apenas alguns anos", sendo que este é apenas um dos incontáveis exemplos que ilustram a evolução da economia chinesa e seu ímpeto de crescimento. Assim, na medida em que se fortaleceu em casa, ela teve também a força para levar suas ambições ao exterior, expandindo suas áreas de investimento e participação em projetos além de suas fronteiras.

Sem dúvida, o crescimento da China e o aumento de sua influência internacional são um sinal de mudança da distribuição de poder atual, mas não implica necessariamente em um conflito entre potências. A teoria de transição de poder, a partir de suas diversas abordagens, pode facilitar a compreensão desse processo, mas resta identificar sob qual perspectiva pode ser entendido o papel do BRI neste cenário.

Para explorar melhor este aspecto, a abordagem teórica desta pesquisa esteve focada nas Teorias Realistas das Relações Internacionais, por considerar a unidade de análise o Estado e ser o caso de uma discussão em torno da possibilidade da guerra. Neste aspecto, resultou relevante uma revisão dos conceitos em torno da balança de poder, dilema de segurança e estabilidade hegemônica, entre outros. Igualmente, a Teoria de Transição de Poder, baseada na

Armadilha de Tucídides, foi ilustrativa para elaborar os cenários nos quais uma potência cresce ao ponto de ameaçar a preponderância de outra já estabelecida, alterando a ordem mundial. No entanto, o papel das instituições como fortalecedoras da paz e do diálogo entre os atores internacionais e a interdependência gerada por fatores como o comércio e a cooperação, são favoráveis a um entorno pacífico, onde sejam preferidos os ganhos relativos e não aqueles de soma-zero.

Adicionalmente, outras teorias podem contribuir para esta discussão, considerando elementos que as Teorias Clássicas ignoram. É o caso das teorias pós-positivistas, que tratam do papel da cultura, do discurso, do gênero e outros elementos que enriquecem e complementam a análise de um caso com este nível de complexidade. Por isso, embora o escopo desta pesquisa não permitiu explorar o campo pós-positivista, certamente o debate deve ser enriquecido e continuar a ser explorado por meio de um diálogo interdisciplinar e entre as teorias das relações internacionais, considerando novos atributos de poder, atores e a relação entre eles, mas também as características e dinâmicas sociais que compõem sua essência.

Por outro lado, novos elementos são adicionados à análise, como é o caso do papel da tecnologia, que ganha destaque e desafia a forma em que o mundo tem sido interpretado até agora. Cada vez há mais dados disponíveis e ferramentas mais sofisticadas para identificar e armazenar informação e, nesse contexto, torna-se proporcionalmente relevante a discussão sobre o acesso a essa informação, sua divulgação e uso.

A partir dessas considerações, é válido retomar a pergunta inicialmente proposta: quais são as características do BRI e DSR que fazem da China uma ameaça para o status quo, com Estados Unidos como potência hegemônica e de que forma as teorias clássicas das relações internacionais podem ser explicativas para analisar uma possível transição de poder? Em outras palavras, considerando a situação atual dos Estados Unidos e da China, em um contexto em que o BRI e DSR representam fontes de crescimento e poder, é inevitável a guerra?

Por um lado, está Estados Unidos, potência hegemônica que desde a Guerra Fria não encontrava um rival com as capacidades de poder necessárias para representar uma ameaça. Ademais, sua prevalência acontece em um contexto no qual por séculos a predominância de Ocidente foi destacada e suas influências foram sentidas em todas as regiões, fosse pelos períodos de colonialismo, ou pelo próprio estabelecimento de instituições internacionais que seguiam os padrões ocidentais.

Vale considerar, por exemplo, os princípios instaurados no Consenso de Washington e suas instituições, dentre as quais estão o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que por décadas estabeleceram relações entre os países desenvolvidos e

aqueles em desenvolvimento, promovendo privatizações, eliminando barreiras comerciais e criando compromissos de políticas públicas em troca da obtenção de financiamentos. Por isto, o vínculo entre os governos nacionais que adotavam as reformas políticas e as instituições financeiras internacionais pode ser considerado um paradigma político transnacional que conseguiu sua consolidação por meio da condicionalidade (BABB, 2013). O grupo de ideias econômicas deste Consenso está relacionado ao neoliberalismo, fundamentado em princípios da economia clássica e neoclássica (STIGLITZ, 2008) que, com frequência, não levava em consideração as especificidades dos países onde eram aplicadas as políticas. Em um primeiro momento, as medidas econômicas tiveram alguns resultados positivos, mas também foram associadas a influências políticas com consequências indesejáveis, como foi o caso das ditaduras na América Latina das décadas de 1960 a 1980. Igualmente, as décadas posteriores evidenciaram uma rejeição pelas condicionalidades impostas pelo FMI e BM (BABB, 2013), manifestada no surgimento de líderes de esquerda, opositores das políticas econômicas prevalentes até esse momento e da influência dos Estados Unidos, principalmente.

Por outro lado, os países que não aderiram às regras das instituições financeiras do Consenso ou que não estavam sob sua área de atuação, (levando em consideração que, neste caso, estava mais focado na América Latina), assim como aqueles que não apresentavam as condições necessárias para obter financiamento das custosas infraestruturas necessárias para seu desenvolvimento, estavam carentes de uma fonte de recursos mais acessível.

Nesta conjuntura, abriu-se um espaço para o surgimento de uma alternativa. Nesse momento, ademais, a China já estava fortalecendo sua economia e começando sua projeção internacional sob uma nova perspectiva. Agora, assinando com o Belt and Road Initiative, a China facilitou financiamentos e apoiou a construção de infraestrutura naqueles lugares esquecidos por Ocidente. Países da Ásia Central, da África, do Sudeste Asiático e do Oriente Médio conseguiram construir portos, ferrovias, pontes. Novas cidades foram levantadas em lugares desérticos, capitais foram renovadas. O BRI poderia ser um indicador de uma nova era, onde prevaleceria a influência de Oriente, dessa vez, como sugere Babb (2013) sob o Consenso de Beijing?

Contudo, Estados Unidos ainda é forte em diversos aspectos e com sua liderança consegue movimentar grandes projetos, que equilibram as influências do BRI, como acontece com o plano *Build Back Better World* (B3W), mencionado na introdução deste trabalho. Mas não há assunto no qual Estados Unidos esteja em maior desvantagem com respeito à China do que na corrida pela construção da próxima – quinta – geração de redes de comunicação (CHANG, 2020). Basta pensar que, em breve, teremos cidades que funcionarão por meio do

Internet of Things, onde tudo estará conectado pelas redes de alta velocidade. Sem dúvida, a Huawei está à frente nessa corrida e, nos seus bastidores, está a China. Isto expõe o mundo a um nível de vulnerabilidade sem precedentes, onde quem tiver acesso às infraestruturas críticas que permitem o funcionamento destas tecnologias poderá acessar os carros, as portas de entrada, a energia de um país. A tendência é que cada vez mais dispositivos estejam conectados e dependam destas infraestruturas para funcionar, de forma que o poder do seu controlador aumentará consideravelmente, seja em tempos de paz ou, principalmente, em tempos de guerra.

Perante esse cenário, as Teorias Realistas aqui consideradas apresentam um cenário pessimista, onde os elementos de poder entram em conflito a partir de um desequilíbrio da balança de poder e o carácter revisionista da potência ascendente. A China diz não ter intenção de alterar o status quo, mas ele já está mudando, independente de existir a intenção ou não.

Os próximos anos poderão demonstrar se a nova ordem mundial será uma na qual prevalecerá Oriente, não só pela força da China, mas também por outros atores relevantes, como Índia ou Japão. Também, neste ano de 2022, a Rússia despertou os alertas do planeta, com uma guerra que alguns temiam, mas ninguém poderia prever com certeza até pouco tempo atrás. Novas alianças estão sendo feitas e novos desafios estão surgindo. Em suma, o mundo inteiro está em transição. Resta observar de que forma acontecerá e quais serão as reações dos atores envolvidos.

Da mesma maneira, deve ser considerado o papel das instituições internacionais e da interdependência gerada pelas trocas comerciais e econômicas, além da consideração das perdas que implica qualquer tipo de conflito. Nesse sentido, como foi comentado anteriormente, é necessária uma avaliação a partir de uma abordagem teórica que considere estes elementos, de forma a ponderar até que ponto eles podem favorecer um desfecho pacífico para as mudanças que estão acontecendo e aquelas que estão por vir.

Outro elemento que deve ser observado é o papel dos Estados Unidos, ainda um grande líder da agenda internacional e com a capacidade de se fortalecer interna e externamente. Mas, mesmo tendo um *soft power* forte e uma presença importante internacionalmente, desde suas relações comerciais até suas capacidades militares, Estados Unidos, assim como Esparta, observou a China crescer. A diferença entre as cidade-estado gregas e o contexto atual é que, embora Atenas poderia ter um prestígio por sua cultura e desenvolvimento, ela não criava laços econômicos que poderiam refletir em relações de dependência, com uma possível mudança de agenda internacional. Inclusive assim, Esparta viu nela uma ameaça que precisava ser contida por meio de uma guerra, que acabou se estendendo por décadas.

De acordo com Allison (2018), para Tucídides a guerra entre Atenas e Esparta era evitável, mas o que fez ela acontecer foi o medo que o crescimento da primeira instaurou na segunda. Se isso gerou o conflito, é possível que, ao eliminar as causas do medo, diminuam consideravelmente as chances de um enfrentamento. Como no dilema do prisioneiro, decisões são feitas a partir da falta de informação e por não conhecer (ou poder prever) as atitudes da outra parte e, nesse cenário, quanto maior o medo, mais agressivas serão as reações. Assim, uma abordagem fundamentada no conhecimento dos atores e estudo de seus avanços e políticas permite respostas coerentes, que possam evitar consequências não só no nível internacional, mas internamente, na sociedade, para os indivíduos.

Desta forma, aumentar o conhecimento do rival e suas ações é o primeiro passo para avaliar as medidas necessárias para uma resposta eficiente e pacífica, implicando em menos riscos e custos. Adicionalmente, de acordo com Kaldor (2012), deve ser considerado o aumento da consciência de responsabilidade global, tanto em instituições governamentais e não governamentais, como nos indivíduos, sob uma visão kantiana de cosmopolitismo, que pode se relacionar ao princípio da responsabilidade. Este conceito mencionado por Kaldor, também é definido pelo filósofo alemão Hans Jonas, como a tentativa de fundamentar uma ética para a era tecnológica, propondo que a humanidade precisa de uma ética que oriente seus atos. Como explica Alencastro:

> Não somente no plano individual, mas, sobretudo, no âmbito coletivo e político, pois são ações que produzem efeitos e possuem abrangência espaço-temporal de tal ordem que, em épocas anteriores, não poderiam ter sido cogitados devido à inexistência, ainda, de tais condições (ALENCASTRO, 2009).

Assim, os indivíduos reconheceriam a relevância de suas ações particulares, entendendo que os efeitos sempre são coletivos e, portanto, sua responsabilidade teria efeitos para toda sua sociedade e, em maior escala, para toda a comunidade internacional.

Jonas já vislumbrava as amplas consequências das novas tecnologias e a necessidade do reconhecimento, por parte das pessoas, de seu papel para a preservação da humanidade, em uma consciência não apenas de sua individualidade, mas do coletivo. Desta forma, o proposto princípio de responsabilidade seria uma tarefa destinada a "preservar a permanente ambiguidade da liberdade do homem, que nenhuma mudança de circunstâncias pode jamais abolir, preservar a integridade do seu mundo e de sua essência perante os abusos do seu poder" (JONAS, 2004).

Na sua visão, para abordar as novas tecnologias é necessário seguir o imperativo da responsabilidade, segundo o princípio *in dubio pro malo*, ou seja, ao analisar os riscos da tecnologia é necessário considerar o pior cenário, e agir consequentemente. No mesmo sentido,

refere-se a "*in dúbio pro ambiente*, quando há incerteza sobre a existência ou não de um potencial perigo ou risco, deve-se construir uma relação responsável do homem atual com a tecnociência e com a natureza. Ambos, princípio responsabilidade e princípio da precaução, não são apenas dotados de critérios éticos, mas também políticos e jurídicos, contemplando ainda uma gestão responsável de longo prazo e comunicação de risco" (HUPFFER & EGELMANN, 2017). Estas ideias são desenvolvidas por Jonas a partir do imperativo categórico de Kant, que dizia: "Aja como se a máxima de sua ação devesse tornar-se, através da sua vontade, uma lei universal" (JONAS, 2004) para elaborar suas premissas de responsabilidade ética do homem para com a humanidade, tanto no seu momento presente como futuro.

Se estes princípios fossem aplicados pelos maiores tomadores de decisão do mundo, as chances de evitar um conflito bélico seriam significativamente maiores. No entanto, não há como prever que isso possa acontecer. Outra luz é oferecida pelas pesquisas de Allison (2018), que depois de uma análise comparativa dos cenários de transição de poder dos últimos séculos, concluiu que na maioria dos casos prevaleceu a paz sobre a guerra e, portanto, o enfrentamento pode ser evitado. Grandes potências conseguem conviver pacificamente, fóruns de resolução de conflitos podem ser eficientes e, a preservação da humanidade no geral, junto com o sentido da responsabilidade coletiva podem ser uma luz em cenários de tensão.

Em diante, o que deve prevalecer é o conhecimento profundo da situação que afeta o planeta, dos seus atores e áreas de influência. Citando Jonas, "o *saber* torna-se um dever urgente, que transcende tudo o que anteriormente era exigido dele: o saber deve ser de igual escala que a extensão causal da nossa ação". Assim, o princípio da nossa responsabilidade deve ser, antes que nada, do conhecimento, questionamento e debate. Só assim será possível analisar o contexto em constante transformação e incidir nos tomadores de decisões e políticas públicas, que cada vez têm mais acesso à vida privada da cidadania.

Referências Bibliográficas

Documentos institucionais

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Articles of Agreement**. Disponível em: https://eng.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydylyw/201711/201711150415020.pdf.

ADB - ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Meeting Asia's Infrastructure Needs**. Relatório, 2017. Disponível em: https://dx.doi.org/10.22617/FLS168388-2.

AVEDANO, R. et al. **Chinese FDI in Latin America: New Trends with Global Implications**. Atlantic Council and OECD Development Center. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2017/06/Chinese_FDI_in_Latin_America_web_0626.pdf

CSR – Congressional Research Service. **Global Research and Development Expenditures: Fact Sheet**. 2021. Disponível em: https://sgp.fas.org/crs/misc/R44283.pdf

CEBC, Conselho Empresarial Brasil – China. **Investimentos chineses no Brasil (2018): o quadro brasileiro em perspectiva global**. Disponível em: http://cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/

FMPRC, Ministry of Foreign Affairs of the PRC. China - **Celac Joint Action Plan For Cooperation in Key Areas (2022-2024)**. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202112/t20211207_10463459.html

DNI; GLOBAL TRENDS 2040, **A more contested World**. National Intelligence Council, 2021. Disponível em: https://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/GlobalTrends_2040.pdf

KRANESHARES. **The One Belt One Road Initiative: A New Paradigm in Global Investing. An overview of the KraneShares MSCI One Belt One Road ETF**. Disponível em: http://kraneshares.com/resources/presentation/2017_12_31_obor_presentation.pdf.

MERICS; GLOBAL CHINA INC. TRACKER. **Networking the "Belt and Road" - The future is digital**. 2019. Disponível em: https://www.merics.org/en/tracker/networking-belt-and-road-future-digital

NDRC – National Development and Reform Commission. **Encyclopedia on the Belt and Road Initiative: What is Financial Integration?** 2021. Disponível em: https://en.ndrc.gov.cn/netcoo/goingout/202107/t20210730_1292631.html

NYU-Shanghai. **Global China. Perspectives on the Belt and Road Initiative**. Projeto liderado por Maria Adele Carrai e Jiayong Liang. Disponível em: https://bri.shanghai.nyu.edu

FISF Fudan University; Green Finance & Development Center. NEDOPIL, Christoph: **Countries of the Belt and Road Initiative**. 2022 Disponível em: https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/

NEW DEVELOPMENT COOPERATION FORUM. **The "One Belt One Road" Initiative and the New Development Bank**. Disponível em: https://www.unescap.org/sites/default/files/2016-S1_2_Presentation_Tian.pdf.

OECD DataBase. **Main Science and Technology Indicators**. Disponível em: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=MSTI_PUB

OFFICE OF THE LEADING GROUP FOR THE BELT AND ROAD INITIATIVE. **Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution**. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydylyw/201705/201705110537027.pdf>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018: Aprova a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9573.htm

RECONNECTING ASIA, Center for Strategic and International Studies. **Mapping China's Digital Silk Road**. Disponível em: https://reconasia.csis.org/mapping-chinas-digital-silk-road/

TENCENT RESEARCH INSTITUTE. **2020 Tencent AI White Paper**. Tradução por Caroline Meinhardt and Jeffrey Ding, disponível em:
https://docs.google.com/document/d/1IRHsKWGmu-dJuH2C8t4kjkeeD_StNYxynx0-zHxzHqo/edit#
Original em mandarim disponível em: http://www.199it.com/archives/1081558.html

U.S. CONGRESS. **H.R.7178 — Chips for America Act**. 116th Congress (2019-2020). Disponível em: https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/7178

WANG, Ying. **Chinese NGO Internationalization Database**. Leiden: Leiden Asia Centre, 2020. Disponível em: https://www.beltroadresearch.com/ngo-map/

WB. **Belt and Road Economics: Opportunities and Risks of Transport Corridors**. 2019. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/publication/belt-and-road-economics-opportunities-and-risks-of-transport-corridors. Consulta 23 maio, 2022.

Artigos de jornal online

HINRICH FOUNDATION. **Techno-nationalism and the US-China tech innovation race**. 2020. Disponível em: https://www.hinrichfoundation.com/research/wp/tech/us-china-tech-innovation-race/

INDIA TIMES. **Here is all you should know about "String of Pearls", China's Policy to Encircle Índia**. Disponível em: https://www.indiatimes.com/news/india/here-is-all-you-should-know-about-string-of-pearls-china-s-policy-to-encircle-india-324315.html.

MIT Technology Review. **Yes, China is probably outspending the US in AI—but not on defense. New estimates show how much China's investments in AI have been overblown**. Disponível em: https://www.technologyreview.com/2019/12/05/65019/china-us-ai-military-spending/

NEW AMÉRICA. **Translation: Chinese Expert Group Offers 'Governance Principles' for 'Responsible AI'**. Disponível em: https://www.newamerica.org/cybersecurity-initiative/digichina/blog/translation-chinese-expert-group-offers-governance-principles-responsible-ai/

SMALL, Andrew. **The Backlash to Belt and Road**. Foreign Affairs. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-02-16/backlash-belt-and-road.

THE STRAITS TIMES. **China makes tracks on modern Silk Road**. Disponível em: https://www.straitstimes.com/asia/china-makes-tracks-on-modern-silk-road.

WIRED. Steven Levi. **Huawei, 5G, and the Man Who Conquered Noise**. Nov. 2020. Disponível em: https://www.wired.com/story/huawei-5g-polar-codes-data-breakthrough/

YONG, Hu. **The Public Interest and Personal Privacy in a Time of Crisis (2020)**. Weixin - Original em mandarim disponível: https://mp.weixin.qq.com/s/2KRGP2ErKlQ9XF98asy8-w?fbclid=IwAR24LIWvXNkxjR69sKsuduoPp9cVwSCsMthAYCXXdUoqC3mooPvLWZYGIk4. Consultado a través da tradução não oficial de Jeff Ding, disponível em: https://docs.google.com/document/d/1Lvuox6N_g_j61L-ohD0WStaYmZl7x6wyxibqd7cA9cU/edit#heading=h.pki3zqdlawxt

Produção bibliográfica

ABDENUR, A.E. **Navigating the Ripple Effects: Brazil-China Relations in Light of the Belt and Road Initiative (BRI)**. Vestnik of Saint Petersburg University. International Relations, 2019, vol. 12, issue 2, pp. 153–168. Disponível em: https://doi.org/10.21638/11701/spbu06.2019.203

ADLER, Emanuel & BARNET, Michael. **A framework for the study of security communities**. Em: Adler, Emanuel & Barnet, Michael (eds.) Security Communities. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

ALENCASTRO, Mario Sergio. **Hans Jonas e a proposta de uma ética para a civilização tecnológica**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, p. 13-27, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/14115/10882

ALLISON, Graham. **Destined for War. Can America and China Escape Thucydides's Trap?** Marines Books. 2018.

ANSAR, Atif; FLYVBJERG, Bent; BUDZIER, Alexander; LUNN, Daniel. **Does infrastructure investment lead to economic growth or economic fragility? Evidence from China.** Oxford Review of Economic Policy, Volume 32, Number 3, 2016, pp. 360–390. Disponível em: http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1609/1609.00415.pdf

ARQUILLA, John e RONFELDT, David. **Cyberwar is Coming!** Em: Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age. RAND Corporation - National Security Research Division, 1997.

BABB, Sarah. **The Washington Consensus as transnational policy paradigma: Its origins, trajectory and likely successor**. Review of International Political Economy, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2011.640435.

BATEMAN, Jon. **U.S. – China Technological "Decoupling" – A Strategy and Policy Framework.** Carnegie Endowment for International Peace, 2022.

BARLOW, J. P. (1996). **A declaration of the independence of cyberspace**. Electronic Frontier Foundation Website. Disponível em: http://homes.eff.org/~ barlow/Declaration-Final.html

BERGEL, Martín. **El Oriente desplazado. Los intelectuales y los orígenes del tercermundismo en la Argentina.** 1ª Ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

BOLLIER, David. **The rise of Netpolitik. How the Internet Is Changing International Politics and Diplomacy.** A Report of the Eleventh Annual Aspen Institute Roundtable on Information Technology. The Aspen Institute, Washington, D.C. 2013.

BOOTH, Ken & WHEELER, Nicholas. **The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics**. New York: Palgrave. 2008. Introdução e parte I.

CAMPOS DE MELLO, Flavia de. **Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates.** BIB, Rio de Janeiro, n. 44, 1997.

CAVELTY & WANGER. **Cyber security meets security politics: Complex technology, fragmented politics, and networked Science**. Contemporary Security Policy, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13523260.2019.1678855.

CHANG, Gordon G. **The Great U.S. – China Tech War**. Encounter Broadside Nº 61. 2020.

CHAN, Steve. **China, the U.S. and the Power-Transition Theory: A Critique.** Routledge, 2007.

CHENEY, Clayton. **China's Digital Silk Road: Strategic Technological Competition and Exporting Political Illiberalism.** Pacific Forum. VOL. 19, WP8. 2019.

CHOI, Ji Young. **Historical and Theoretical Perspectives on the Rise of China: Long Cycles, Power Transitions, and China's Ascent.** Asian Perspective 42, 2018.

CHOW-BING, Ngeow. **China-ASEAN Information Harbor: The Digital Silk Road from Guanxi to Southeast Asia.** FRIEDRICH EBERT STIFTUNG, 2021. Disponível em: https://asia.fes.de/news/digital-silk-road.

CRAIG, Anthony & VALERIANO, Brandon. **Realism and Cyber Conflict: Security in the Digital Age.** 2018. Disponível em: https://www.e-ir.info/2018/02/03/realism-and-cyber-conflict-security-in-the-digital-age/

DALL'AGNOL, Augusto César. **Ascensão da China e transição de poder: conflito entre a teoria neorrealista e a neoliberal.** Disponível em:

http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/10-Ascensão-da-China-e-transição-de-poder-conflito-entre-a-teoria-neorrealista-e-a-neoliberal.pdf.

ERIKSSON AND GIACOMELLO. **The Information Revolution, Security and International Relations: (IR)relevant Theory?** International Political Science Review, Vol. 27, 2006.

FENG, H. e HE, K. **China's Institutional Challenges to the International Order.** Strategic Studies Quarterly. Winter, 2017. Vol. 11, No. 4. Disponível em: https://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-11_Issue-4/Winter2017.pdf.

FENG, Liu e ZHANG, Ruizhuang. **The Typologies of Realism.** Em: Chinese Journal of International Politics, Vol. 1, 2006.

FLYVBJERG, Bent. **Introduction: The Iron Law of Megaproject Management**. Bent Flyvbjerg, 2017, ed., The Oxford Handbook of Megaproject Management, Oxford University Press, 2017. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=2742088

FRANKOPAN, Peter. **The Silk Roads: A New History of the World.** First Vintage Books Edition, 2017.

FRANKOPAN, Peter. **The New Silk Roads: The New Asia and the remaking of the World Order.** First Vintage Books Edition, 2020.

GENNARI, Liam. **Power Transitions and International Institutions: China's Creation of the Asian Infrastructure Investment Bank.** Honors Theses. University of Pennsylvania, 2017. Disponível em: https://repository.upenn.edu/ppe_honors/26.

GIPLIN, Robert. **War and Change in World Politics.** New York: Cambridge University Press. 1981.

HE, Alex. **The Digital Silk Road and China's Influence on Standard Setting.** CIGI Papers No. 264 — April 2022. Disponível em: https://www.cigionline.org/static/documents/no.264_JN9TbQC.pdf.

HILLMAN, Jonathan E. **The Digital Silk Road, China's Quest to Wire the World and Win the Future.** Harper Business, 2021.

HILLMAN, Jonathan E. **The Emperor's New Road. China and the Project of the Century.** Yale University Press. CSIS, Center for Strategic & International Studies. 2020.

HUPFFER, Haide Maria & EGELMANN, Wilson. **O princípio responsabilidade de H. Jonas como contraponto ao avanço (ir)responsável das nanotecnologias**. Rev. Direito Práx. vol.8 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/26193

JONAS, Hans. **El Principio de Responsabilidad**. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Editorial Herder, Barcelona. 1995.

JOSHI, Manoj. **Invest, Acquire, Dominate: The Rise and Rise of China Tech**, ORF Occasional Paper No. 223, November 2019, Observer Research Foundation. Disponível em: https://www.orfonline.org/research/invest-acquire-dominate-the-rise-and-rise-of-china-tech/

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era.** 3rd Edition Cambridge: Polity Press. 2012.

KASSENOVA, Nargis & DUPREY, Brendan, Editors. **Digital Silk Road in Central Asia: Present and Future.** Davis Center for Russian and Eurasian Studies 2021. Disponível em: https://daviscenter.fas.harvard.edu/sites/default/files/files/2021-10/Digital_Silk_Road_Report_2021.pdf.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony.** Princeton University Press, 1984.

KHANNA, Parag. **The Future is Asian. Commerce, Conflict and Culture in the 21st Century.** Simon & Schuster. 2019.

KIEH, George Klay, Jr. **Neo-Colonialism: American Foreign Policy and the First Liberian Civil War.** The Journal of Pan African Studies, vol.5, no.1. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4490413/mod_resource/content/1/Neo-Colonialism%20American%20Foreign%20and%20Liberian%20Civil%20War.pdf.

KROEBER, Arthur, R. **China's Economy. What everyone needs to know**. Oxford University Press, 2016.

KUGLER, J., TAMMEN, R.L., SWAMINATHAN, S. **Power Transitions and Alliances in the 21st Century.** Asian Perspective, Vol. 25, No. 3, 2001.

LEBOW, R.N. & VALENTINO, B. **Lost in Transition: A Critical Analysis of Power Transition Theory.** International Relations, Vol. 23, Issue 3, pp. 389-410, 2009. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/f939/9c646e7bba29bb28dc7c4e1bef67b53dc223.pdf.

LIANG, H. & ZHANG, Y. **Digital Power: Challenges and Responses of Belt and Road**. In: The Theoretical System of Belt and Road Initiative. Springer, Singapore. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-13-7701-3_8

LY, Bora. **Challenge and perspective for Digital Silk Road.** Cogent Business & Management. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/23311975.2020.1804180

LEE, Kai-Fu. **Inteligência Artificial. Como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos**. Editora Globo S.A., 2019.

LIN, Justin Yifu & WANG, Xiaobing. **Dual Circulation: a New Structural Economics view of development**, Journal of Chinese Economic and Business Studies. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14765284.2021.1929793

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Norton & Company, Inc. 2001.

NEDOPIL, Christoph. **China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2021**. Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, Shanghai, 2022. Disponível em: https://greenfdc.org/wp-content/uploads/2022/02/Nedopil-2022_BRI-Investment-Report-2021.pdf

ORTEGA Y GASSET, José. El problema de China. Un libro de Bertrand Russell. Revista de Occidente, Nº 3. 1923.

RATTRAY, G. (2001**). Strategic warfare in cyberspace**. Cambridge, MA: The MIT Press.

REARDON, Robert e CHOUCRI, Nazli. **The Role of Cyberspace in International Relations: A View of the Literature.** Department of Political Science, MIT. Paper Prepared for the 2012 ISA Annual Convention. San Diego, CA. 2012. Disponível em: https://nchoucri.mit.edu/sites/default/files/documents/%5BReardon%2C%20Choucri%5D%202012%20The%20Role%20of%20Cyberspace%20in%20International%20Relations.pdf

ROLLAND, Nadège. **China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative.** National Bureau of Asian Research, 2017.

ROYAKKERS, Lambèr; TIMMER, Jelte; KOOL, Linda; VAN EST, Rinie. **Societal and ethical issues of digitization.** Ethics and Information Technology. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10676-018-9452-x

SANJUAN, Thierry (Dir.). **China Contemporânea**. Tradução Walter Sagardoy. Edições 70. São Paulo. 2009.

SHI-KUPFER, Kristin & OHLBERG, Mareike. **China's Digital Rise. Challenges for Europe**. MERICS – Mercator Institute for China Studies, 2019. Disponível em: https://merics.org/sites/default/files/2020-06/MPOC_No.7_ChinasDigitalRise_web_final_2.pdf

SOONG Jenn-Jaw**. Perception and Strategy of ASEAN's States on China's Footprints under Belt and Road Initiative (BRI): Perspectives of State-Society-Business with Balancing-Bandwagoning-Hedging Consideration**. The Chinese Economy, 54:1, 2021. Disponível em: 10.1080/10971475.2020.1809813

STIGLITZ, Joseph E. **Is There a Post-Washington Consensus Consensus?** em Narcis Serra and Joseph E. Stiglitz (eds) The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance, New York: Oxford University, 2008.

TIEN, et al. 2019. **AIIB as a Challenger for IMF and WB**. American International Journal of Business Management (AIJBM). ISSN- 2379-106X, www.aijbm.comVolume 2, Issue 10. 2019. Disponível em: https://www.aijbm.com/wp-content/uploads/2019/10/G2106268.pdf

TILT, Bryan; YOUNG John A. **Introductory Essay: Development in Contemporary China**. Urban Anthropology, Vol. 36(1), 2007. Disponível em: https://liberalarts.oregonstate.edu/sites/liberalarts.oregonstate.edu/files/anthropology/pdf/faculty/tilt/tilt_young_introductory_essay_proof.pdf

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

VADELL, Javier [Org.] **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI.** Editora PUC Minas. 2018.

VAN DIJCK, Jose. **Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology.** Em: Surveillance and Society, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776

WATTS, Darby. **Influencing Africa: US-China Investment Competition for Alignment.** Disponível em: https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/64269/WATTS-THESIS-2021.pdf?sequence=1

WHEELER, Tom. **From Gutenberg to Google: The History of our Future**. Brookings Institution Press, 2019.

WILSON, Jeffrey D. **The evolution of China's Asian Infrastructure Investment Bank: from a revisionist to status-seeking agenda**. International Relations of the Asia-Pacific, Volume 19, Issue 1, January 2019, Pages 147–176. Disponível em: https://doi.org/10.1093/irap/lcx015 Consulta realizada em 07 de março 2022.

ZHOU, Na. **The National Supervisory Commission from Xi Jinping's Anti-corruption Campaign.** East Asian Policy 10(04):79-90. 2018. Disponível em: 10.1142/S1793930518000399. Consultado em: 12 de março, 2022.

VALERIANO, Brandon e MANESS, Ryan. **The Impact of Cyber Conflict on International Interactions.** Armed Forces & Society, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277583804_The_Impact_of_Cyber_Conflict_on_International_Interactions.

VÁZQUEZ, Alberto Lozano. **Aspectos ontológicos y epistemológicos en las Relaciones Internacionales: breves propuestas de abordajes teóricos.** Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública. Departamento de Gestión Pública y Departamento de Estudios Políticos y de Gobierno. Volumen V, número 1, enero-junio 2016. Pp. 41-60

VIEIRA, Ikaro Gonçalves. **O Investimento Externo Direto Chinês no Brasil.** Revista de Análise Internacional, Curitiba, Vol.4, n.1. 2019.

WALT, Stephen M. **The Progressive Power of Realism**. Em: The American Political Science Review, Vol. 91, No. 4. 1997. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2952177

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Ed. Gradiva. 2002.

WENDT, Alexander. **Teoria Social da Política Internacional**. 1999. Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2014.

WOLFORTH, William C. **The Stability of a Unipolar World.** International Security, Vol. 24, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2539346.